



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E A
QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Fabiana Aparecida Penz Irassocho

**Tio Hugo, RS, Brasil
2013**

A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

por

Fabiana Aparecida Penz Irassochio

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Latu-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção
do título de **Especialista em Gestão Educacional**

Orientadora: Prof^ª. Dra. Marilene Gabriel Dalla Corte

**Tio Hugo, RS, Brasil
2013**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de
Especialização

**A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E A QUALIDADE
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Elaborada por
Fabiana Aparecida Penz Irassochio

Como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista
em Gestão Educacional**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Marilene Gabriel Dalla Corte, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Elisiane Machado Lunardi, Dra. (UFSM)

Silvia Guareschi Schwaab, Me. (UFSM)

Tio Hugo, 30 de novembro de 2013.

*Dedico esse trabalho aqueles
que, como eu, amam a Educação
Infantil e fazem dela uma etapa de
divertimento, alegria e amor.*

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus por esta etapa de minha formação finalizada. Sem Ele não teria tido forças, capacidade e motivação diante das dificuldades que foram aparecendo durante a caminhada, principalmente o conforto ao meu coração diante da partida de meu querido pai que, de forma rápida e inesperada, deixou essa vida sendo um exemplo de pai e avô. Quanto à realização da monografia, Deus sabe que o possível eu fiz; o impossível deixei para Ele.

À professora orientadora Marilene Dalla Corte pela ajuda, sugestões de autores e pela forma que me instigou a problematizar e refletir sobre a temática de pesquisa. Contribui para a reformulação das minhas ideias e incentivou escrever um pouco mais do que esperava, despertando ainda mais o meu interesse e amor pela etapa da Educação Infantil.

Agradeço aos tutores, principalmente ao Rudimar Bettin que prontamente respondia e esclarecia as dúvidas que foram surgindo ao longo do curso.

À minha família que sempre sonhou junto comigo com a formação a nível de pós-graduação. Principalmente a minha mãe, onde o incentivo e ajuda foram incansáveis nos momentos em que parecia que eu não iria conseguir.

Ao meu esposo Jonatas que sempre me incentivou, não medindo esforços para me acompanhar. Com muita paciência, ajudou no que foi preciso para que eu chegasse ao fim dessa etapa de minha vida educacional.

A meu filho Davi, de dois anos e meio, que passou madrugadas ao meu lado brincando enquanto eu aprimorava a monografia, onde se negava a ir dormir antes de mim, mas, muitas vezes, não resistiu e dormiu deitado ao meu lado.

As professoras, gestora e Secretária de Educação que prontamente responderam ao questionário, disponibilizando o seu tempo em contribuir com as fontes de dados desta pesquisa.

Finalizando, agradeço a família de meu esposo; minha família emprestada e presente de Deus, que por meio de suas orações, tem orgulho da obtenção desse título de especialização.

*[...] se der ouvidos à sabedoria e
inclinar o coração para o discernimento;
se clamar por entendimento e por
discernimento gritar bem alto;
se procurar a sabedoria
como se procura a prata
e buscá-la como quem busca
um tesouro escondido,
então você entenderá o que é
temer o Senhor e achará o
conhecimento de Deus.
(Provérbios, 2:2-5)*

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

AUTORA: FABIANA APARECIDA PENZ IRASSOCHIO

ORIENTADORA: MARILENE GABRIEL DALLA CORTE

Data e Local da Defesa: Tio Hugo/RS, 30 de novembro de 2013.

Este trabalho monográfico tem como temática a gestão escolar democrática e a qualidade da Educação Infantil. Para tanto, busca-se responder ao seguinte problema: como se constitui a Educação Infantil de qualidade em suas inter-relações com a gestão democrática? Sendo assim, percebe-se a importância de os gestores e professores priorizarem princípios de democratização da escola, considerando em especial a transparência, a participação, a coletividade e o compartilhamento de ações educacionais para que a educação infantil assuma seu real significado e em proporções político-pedagógicas de qualidade na oferta de seus serviços à comunidade. Adotou-se, portanto, por objetivo geral investigar como a gestão democrática repercute na qualidade da Educação Infantil. Por objetivos específicos priorizou-se analisar os principais aportes teórico-legais relacionados à educação infantil de qualidade, destacando a importância desta primeira etapa da educação básica; reconhecer como se constitui a Educação Infantil de qualidade; verificar em uma escola municipal de Nicolau Vergueiro – RS as inter-relações entre gestão escolar democrática, qualidade e educação infantil. Nesta perspectiva realizou-se um estudo de caso de abordagem qualitativa, numa escola de educação infantil do município de Nicolau Vergueiro – RS. Os resultados da pesquisa apontam que a qualidade da educação oferecida ao público infantil deve ser prioridade, e a gestão democrática na escola de educação infantil do município de Nicolau Vergueiro é efetuada pela equipe gestora e professores por meio do diálogo e tomadas de decisões conjuntas dentro do possível. Mas, o conceito de gestão democrática não está bem definido no referido município, pois a tomada das decisões fica centralizada na Secretaria de Educação a qual precisa investir cada vez mais na formação dos profissionais da educação, assim como na interdependência entre qualidade da educação e a consecução dos princípios e mecanismos de gestão democrática, em especial a partir da autonomia escolar. Também, verificou-se que são indicativos de qualidade na educação infantil: ambiente educativo, prática pedagógica e avaliação, gestão escolar democrática, formação, valorização e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar, acesso e permanência dos alunos na escola.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gestão Democrática. Qualidade.

ABSTRACT

Monograph of Specialization

Postgraduate course in distance

Lato-Sensu in Educational Management

Universidade Federal de Santa Maria

THE DEMOCRATIC SCHOOL MANAGEMENT AND THE QUALITY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATIONAL

AUTHOR: Fabiana Aparecida Pens Irassocho

ADVISOR: Marilene Gabriel Dalla Corte

Date and local of defense: Tio Hugo/RS, November 30, 2013.

This monograph work has as its theme the democratic school management and the quality of early childhood education. To this end, it is seek to respond to the following problem: how is the early childhood education of quality in their interrelationships with the democratic management? Thus, one realizes the importance of managers and teachers prioritise democratization principles of school, considering in particular the transparency, participation, collective and educational actions for sharing of education actions for early childhood education to assume its real meaning in political-pedagogical proportions of quality in the provision of its services to the community. Adopted, therefore, as general purpose, to investigate how the democratic management affects the quality of early childhood education. For specific objectives, prioritized to analyze the main theoretical-legal contributions related to quality early childhood education, highlighting the importance of this first stage of basic education; recognize how is the early childhood education of quality and check at a municipal school of Nicolau Vergueiro-RS the interrelationships between democratic school management, quality and early childhood education. In this perspective, a case study of qualitative approach, in a school of early childhood education of the municipality of Nicolau Vergueiro-RS. The survey results indicate that the quality of education offered to children must be a priority, and that the democratic management at the school of early childhood education of the municipality of Nicolau Vergueiro is performed by the team manager and by teachers by means of dialogue and for join decision-making within what is possible. But, the concept of democratic management is not well defined in this mentioned municipality, because decision-making is centered on the Department of Education, which needs to invest more and more in the training of education professionals, as well as the interdependence between quality education and achieving the principles and mechanisms of managements from the school autonomy. Also it was checked that are indicative of quality in early childhood education: the educational environment, the pedagogical practice and assessment, democratic school management, training, promotion and working conditions of professionals in the schools, the school physical environment, access and permanence of students in school.

Key-words: Early childhood education. Democratic management. Quality.

LISTA DE SIGLAS

(CF)	Constituição Federal
(CONAE)	Conferência Nacional de Educação
(CNE)	Conselho Nacional de Educação
(DCNEI)	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil
(LBA)	Legião Brasileira de Assistência
(LDBEN)	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
(MEC)	Ministério da Educação
(PCN)	Parâmetros Curriculares Nacionais
(PPP)	Projeto Político Pedagógico
(RCNEI)	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Gestão Escolar Democrática: Concepções e Princípios.....	12
2.2 Qualidade e Educação Infantil	24
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	37
3.1 Delineamento da Pesquisa.....	37
3.2 Contexto e Sujeitos de Pesquisa.....	37
3.3 Coleta e Análise de Dados.....	38
4 CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICE 1- Termo de Consentimento	61
APÊNDICE 2- Questionário para a Diretora.....	64
APÊNDICE 3- Questionário para a Secretária de Educação.....	65
APÊNDICE 4- Questionário para as professoras.....	66

1 INTRODUÇÃO

Desde criança fui incentivada por minha mãe a ser professora como minha irmã mais velha, então ingressei no Ensino Médio na modalidade Normal. Após me formar, para conseguir emprego em escolas de Educação Infantil, fui orientada a cursar o então extinto curso de Adicionais em Pré-Escola promovido pela Escola de Ensino Médio Nicolau de Araújo Vergueiro – EENAV de Passo Fundo/RS.

Mesmo trabalhando em outra área não escolar, finalizei o curso e apaixonei-me por essa etapa da educação. Mesmo assim, prestei vestibular para o curso de Geografia na Universidade de Passo Fundo por ser uma área diferente de estudo. Nesse mesmo período, prestei concurso para Educação Infantil em um município vizinho e obtive aprovação em segundo lugar, começando a trabalhar no ano seguinte, onde atuo até os dias atuais, completando nove anos e cinco meses de exercício profissional.

Devido a esse tempo de atuação, houve o interesse em estudar a qualidade da Educação Infantil e suas inter-relações com a gestão democrática, no sentido de verificar como a gestão escolar pode se constituir de qualidade, em especial o trabalho pedagógico. A gestão democrática visa em conjunto com os envolvidos no processo escolar, acabar com a ideia de que as instituições de Educação Infantil são apenas “depósitos de crianças”, mas, sim, são escolas em que conhecimentos e habilidades são despertados, estimulados e trabalhados.

Assim, com a temática “a gestão escolar democrática e a qualidade da Educação Infantil”, buscou-se investigar e responder ao seguinte problema: como se constitui a Educação Infantil de qualidade em suas inter-relações com a gestão democrática?

Justifica-se esse tema, considerando alguns aspectos observados durante minha trajetória como professora de Educação Infantil, pois algumas questões começaram a inquietar-me e aguçar a minha curiosidade para descobrir o porquê está acontecendo. Uma das questões diz respeito à visão equivocada que existe levando a comunidade a não perceber a Educação Infantil em seu real sentido, e que é necessário priorizar o tripé “cuidar, educar e brincar” de maneira indissociável, no sentido de possibilitar aos sujeitos envolvidos desenvolverem-se e ampliarem seus conhecimentos com autonomia, participação e coletividade, sendo a gestão escolar de fundamental importância para estes aspectos entre outros.

Sabe-se que o gestor escolar, partindo do pressuposto de que tanto quanto o diretor e o coordenador pedagógico, assim como o professor de sala de aula, todos entendidos como gestores, necessitam desempenhar múltiplas funções, entre elas trabalhar conjuntamente com equipe escolar em prol de uma educação de qualidade, incentivar o planejamento e integração família e escola, sendo responsável pela organização de informações, acompanhamento da vida escolar diária de alunos, professores entre outras funções bem como criar meios para articular-se com as famílias dos alunos. Frente a isto, percebe-se a importância da democratização, transparência, participação, coletividade e compartilhamento de ações educacionais na gestão escolar, para que a educação infantil assuma seu real significado e em proporções político-pedagógicas de qualidade na oferta de seus serviços à comunidade.

Assim sendo, adotou-se por objetivo geral investigar como a gestão democrática repercute na qualidade da Educação Infantil. Por objetivos específicos priorizou-se analisar os principais aportes teórico-legais relacionados à educação infantil de qualidade, destacando a importância desta primeira etapa da educação básica; reconhecer como se constitui a Educação Infantil de qualidade; verificar em uma escola municipal de Nicolau Vergueiro – RS as inter-relações entre gestão escolar democrática, qualidade e educação infantil.

A monografia foi desenvolvida em quatro capítulos, além dos aspectos introdutórios. No primeiro capítulo se apresenta as concepções e princípios sobre a gestão escolar democrática, pois se sabe da importância da sua implantação para se obter qualidade na educação infantil. No segundo capítulo, se aborda a qualidade e a educação infantil, considerando indicadores que dão sustentabilidade administrativo-pedagógica-financeira a organização da cultura escolar. A metodologia da pesquisa está apresentada no próximo capítulo, a partir da definição do seu delineamento, contexto e sujeitos pesquisados, assim como técnicas de pesquisa e análise de dados. A partir das respostas e da análise dos dados comentados, no quarto capítulo encontra-se a construção e análises dos resultados referentes à pesquisa para, finalmente, encaminhar para as considerações finais do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão Escolar Democrática: Concepções e Princípios

A gestão democrática da educação é de grande valia e muito valorizada nos dias atuais, no Brasil e no mundo, mesmo que ainda falte compreensão acerca desse tema e, conseqüentemente, não seja utilizado devidamente diariamente no cotidiano escolar. Sua importância é recurso de participação humana e de formação de massa crítica para o exercício da democratização da escola e da cidadania na sociedade, com vistas a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária como fonte de humanização.

O ideal da democracia supõe cidadãos que observem a evolução das esferas públicas, que se informam do que acontece no meio político, educacional e social, bem como dos principais problemas em que possuem a consciência de escolher entre as várias alternativas que são apresentadas pelas forças políticas e que se interessam pela participação de todos.

Dourado coloca que

[...] convivemos com um leque amplo de interpretações e formulações reveladoras de distintas concepções acerca da natureza política e social da gestão democrática e dos processos de racionalização e participação, indo desde posturas de controle social (qualidade total) até perspectivas de participação efetiva, isto é participação cidadã. (DOURADO, 1998, p. 79)

Assim, compreender e defender a democracia são priorizar o diálogo, a tomada de decisões, a participação e a coletividade. Nas escolas a gestão democrática está sendo introduzida de forma gradativa, pois com o advento da Constituição Federal de 1988, houve a promulgação de princípios democráticos voltados para a educação democrática, inclusiva e de qualidade. Nos campos da educação, com a abolição das ações autoritárias e com o surgimento de uma nova constituição, houve a inclusão do princípio da gestão democrática na Constituição, no art. 206 da Constituição Federal. Esse princípio é justificado porque a educação escolar é um direito de todos os cidadãos (BRASIL, 1988). Desse modo, a educação escolar é entendida constitucionalmente como função do Estado e, sobretudo, como dever do Estado.

A gestão democrática tem como referência uma nova forma de organizar a escola em seus processos de planejamento e consecução de estratégias metodológicas de ensino-aprendizagem e avaliação. O conteúdo, nesta perspectiva, tem novo formato, justamente porque está a serviço das expectativas individuais e, sobretudo, coletivas, no sentido de tornar os sujeitos coletivamente responsáveis socialmente.

Ferreira (1998) afirma que o desenvolvimento do homem se constrói por meio de suas atividades, de suas participações, o qual está sujeito a leis objetivas que só serão sentidas vivendo a experiência da construção do mundo objetivo onde vive. Para tanto, é necessário que os homens e as mulheres possam se sentir audazes e possam exercitar a criatividade no seio da sociedade. Neste sentido, o homem precisa ser desafiado e isso pode se concretizar por meio de processos de gestão democrática da educação, no seu amplo sentido e abrangência, pois conforme os desafios lançados, o indivíduo vai percebendo suas potencialidades, o que vai gerando cada vez mais o compromisso com o fazer.

A gestão democrática, propriamente dita, visa à participação de todos os envolvidos no âmbito escolar na tomada de decisões. Segundo a Constituição Federal de 1988, a administração das unidades escolares será exercida pelo diretor, em juntamente com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, onde em comum acordo, irão decidir o que se deve fazer na escola para melhoria da educação, bem como integrar a todos no processo de ensino- aprendizagem, em que se entende por comunidade escolar, o conjunto de alunos, pais ou responsáveis por alunos, os profissionais da educação em efetivo exercício no estabelecimento de ensino.

Como princípio da educação nacional, a gestão democrática é uma forma dialogal e participativa com que comunidade educacional se capacita para levar a termo um projeto político pedagógico (PPP) de qualidade. O corpo gestor, partindo de definições propostas no PPP da escola, e planejadas especificamente em reuniões, é responsável pelas decisões e ações vividas na escola. A missão, visão de futuro, objetivos estratégicos e valores da escola são efetivos trabalhos de grupo, elaborados para o social, onde todos devem participar para a efetivação dos resultados.

A Carta Magna (CF 1988) pressupõe autonomia aos estabelecimentos de ensino, como por exemplo, escolher seu diretor por meio de eleição, decidir junto com a

comunidade escolar o destino dos recursos financeiros, bem como exercer sua gestão administrativa e pedagógica.

Para que se construa uma autonomia que reconheça a importância dos indivíduos que compõem a escola, a atuação do conjunto e seus referenciais são fatores reveladores de práticas com teor democrático formando o aluno. A autonomia que explicita Barroso (1996, p.18) é “resultado da ação concreta dos indivíduos que a constituem, no uso das suas margens de autonomia relativa”.

Conforme Luck (2006) quando as pessoas participam da tomada de decisões, criam a oportunidade de controlar o trabalho que realizam, sentindo-se criadoras e responsáveis pelos resultados alcançados, construindo, conseqüentemente, sua autonomia. Ainda, sentem-se parte da realidade voltada ao melhor para todas as pessoas, e não apenas um objeto para realizar fins institucionais. Diante da prática participativa, encontra-se a possibilidade de superar a ação do poder individual, promovendo a construção do poder da competência, que busca a unidade social.

Assim sendo, para que se constitua a gestão democrática na escola, a participação precisa ser compreendida como processo não estático, mas, sim, interativo, que vai além de tomadas de decisão, pois sua característica é o Inter apoio na convivência dos agentes no cotidiano da escola, que buscam a superação das dificuldades e limitações e do bom cumprimento da sua finalidade social, com qualidade.

Quando os agentes sentem-se responsáveis pelo processo educacional, a gestão participativa se torna consequência, uma vez que “registram-se várias formas de participação, com significado, abrangência e alcance variados: da simples presença física em um contexto, até o assumir responsabilidade por eventos, ações e situações” (LUCK, 2006, p. 89). Mesmo que sem perceber os agentes buscam um trabalho de qualidade e o fazem de uma forma espontânea, pois são motivados e mantidos pela participação democrática.

Nessa linha de pensamento, Luck (2006) propõe que a real descentralização só acontece quando o poder de decidir sobre o que é de importância no campo pedagógico e da administração se instala na escola. O que nos leva a refletir que esta é uma concepção democrática que valoriza o desenvolvimento pessoal, a qualificação profissional no sentido da construção da autonomia da escola.

De acordo com a LDBEN nº 9.394/96, reconhece a escola como sendo um lugar educativo de fundamental importância e os profissionais de educação como aptos a elaborar o Projeto Político Pedagógico numa perspectiva democrática. Ainda coloca que a LDB amplia o papel da escola diante da sociedade, coloca-a como a centralização das políticas educacionais e apoia o fortalecimento de sua autonomia.

Para que a autonomia aconteça, Luck (2006) indica que a escola precisa aplicar a sua autonomia pedagógica. Por isso, “[...] a autonomia precisa ser construída pela escola, ou seja, à escola não basta à autonomia legal é necessário que a autonomia da escola seja efetivamente construída pela ação dos sujeitos” (p. 4), sendo que esta ação da construção efetiva da autonomia é a ação do gestor escolar.

Ao discutir sobre a autonomia da escola, Veiga (1998) destaca dimensões consideradas básicas para o bom funcionamento de uma instituição educativa e que devem ser relacionadas e articuladas entre si: autonomia administrativa, autonomia financeira e autonomia pedagógica.

A autonomia administrativa está na perspectiva de a escola elaborar e gerir seus planos, programas e projetos, assim como sua cultura organizacional inter-relacionada aos seus tempos, espaços e recursos; a autonomia financeira se refere à disponibilidade de recursos financeiros capazes de dar à instituição educativa sustentabilidade e condições de funcionamento efetivo; a autonomia pedagógica consiste na interlocução entre planejamento, currículo, metodologia e avaliação voltadas para processos de ensino e aprendizagem. Estas dimensões estão estreitamente ligadas à identidade, à função social, à clientela, à organização curricular, à avaliação, bem como aos resultados e, portanto, à essência do projeto político pedagógico da escola.

Nas palavras de Luck, um conceito de autonomia

[...] está relacionado a tendências mundiais de globalização e mudança de paradigma que têm repercussões significativas nas concepções de gestão educacional e nas ações dela decorrentes. Descentralização do poder, democratização do ensino, autogestão, instituição de parcerias, flexibilização de experiências, sistema de cooperativas, multidisciplinaridade são alguns dos conceitos relacionados a essa mudança. (LUCK, 2006, p.62)

Entende-se essencial na esfera da autonomia e no seu conjunto de concepções, a mobilização da criticidade para promover a transformação dos novos subsídios de

gestão educacional, para que os sistemas educacionais e as escolas atendam às novas necessidades de formação social. Dessa forma, autonomia e descentralização andam juntas e poderão se concretizar a partir de práticas democráticas na escola.

Para que haja a participação efetiva dos membros da comunidade escolar, é imprescindível que o gestor, juntamente com o conselho escolar, propicie um ambiente que estimule trabalhos conjuntos, considerando com igualdade em todos os setores, coordenando os esforços de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais envolvidos no processo educacional, sendo por meio dessa prática que se percebe a autonomia da escola.

Luck, ao abordar a autonomia no contexto da educação, ressalta que ela

[...] consiste na ampliação do espaço de decisão, voltada para o fortalecimento da escola como organização social comprometida reciprocamente com a sociedade, tendo como objetivo a melhoria da qualidade do ensino. É a característica de um processo de gestão participativa que se expressa, quando assume com competência a responsabilidade social de promover a formação de jovens adequada às demandas de uma sociedade democrática em desenvolvimento. (LUCK, 2006, p.30)

Para tanto, na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação encontra-se encaminhamentos voltados às redes e sistemas de ensino, bem como unidades escolares, para que a autonomia se constitua e se efetive em suas instâncias como a organização dos aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, a exemplo do calendário escolar, a forma que as turmas serão distribuídas, como os alunos serão avaliados, bem como os que podem ser ter um avanço de classe conforme o seu grau de conhecimento e diante de uma avaliação feita pela escola. Os municípios, por sua vez, podem destinar seus recursos àquilo que definem como sendo primordiais: transporte, material didático, equipamentos, outros.

O documento referência da Conferência Nacional de Educação (CONAE) relaciona-se a qualidade da educação, associando este tema a gestão democrática. Afirma que não se consegue melhorar a qualidade da educação sem a participação da sociedade na escola e que a melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais está ligada ao oferecimento de espaços que ocorram ações coletivas: “[...] a gestão democrática dos sistemas de ensino e das instituições educativas constitui uma

das dimensões que possibilitam o acesso à educação de qualidade como direito universal” (CONAE, 2010, p. 59).

Assim sendo, a gestão democrática, como princípio pedagógico e como preceito constitucional, não se restringe à escola; ela está relacionada a todos os sistemas e redes de ensino. O princípio constitucional da gestão democrática também não se limita à educação básica: ela se refere a todos os níveis e modalidades. Entretanto, se faz necessário que o aluno não somente vá à escola, mas permaneça nela, pois grande é o número de alunos evadidos na educação brasileira. Para permanecer na escola diante de tantos problemas que acarretam as famílias brasileiras, as crianças necessitam de um atrativo especial. Como afirma Cury (2007, p. 488): “Não basta o acesso à escola. É preciso entrar e permanecer. A permanência se garante com critérios extrínsecos e intrínsecos ao ato pedagógico próprio do ensino/aprendizagem”.

Para que a qualidade na educação seja efetivada dentro dos ambientes escolares, os professores precisam estar engajados no planejamento participativo e democrático, pois quando há a união e engajamento de todos, os alunos começam a interessar-se mais, pois, conseqüentemente, observam essa união. Esse planejamento requer estar baseado no Projeto Político Pedagógico de cada escola, o qual necessita ser construído, também, com a participação de todos. O Projeto Político Pedagógico tem por finalidade concretizar prioridades, objetivos e metas que a escola quer alcançar.

Desde sua publicação oficial, em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, vem reformulando o sistema educacional brasileiro abrangendo, portanto, o nível da educação básica e suas etapas – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e o nível da educação superior com as etapas de graduação e pós-graduação; além disso, constam, também, as modalidades educativas, entre elas a educação especial, a educação profissional, a educação de jovens e adultos, a educação indígena, a educação do campo, a educação quilombola e a educação a distância (atualmente regulamentadas pela Resolução CNE nº 04/2010).

No artigo nº 29 da atual LDB há o reconhecimento da Educação Infantil como etapa da Educação Básica, pois salienta que ela tem por finalidade “[...] o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 1996). Assim, o objetivo fundamental nessa etapa é proporcionar as crianças

experiências pedagógicas de aprendizagem, juntamente com atividades que melhorem sua saúde e estado nutricional.

Quanto à participação da família, essa é de extrema importância. Em uma sociedade em que as crianças convivem pouco tempo com os pais devido ao trabalho dos mesmos, se faz necessário uma diversidade de atividades que despertem seu interesse pela vida escolar dos filhos, devendo ser usadas metodologias que utilizem suas experiências e conhecimentos cotidianos, centradas em temáticas que preocupem os interessados, como por exemplo, o grau de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos no primeiro ano do ensino fundamental.

A LDBN 9.394/96 coloca em certa ordem todos os aspectos do sistema educacional, dos princípios gerais da educação escolar às finalidades, recursos financeiros, formação e diretrizes para a carreira dos profissionais do setor. Ressalta que: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Por determinação da LDBN, as creches atenderão crianças de zero a três anos, ficando a faixa de 4 a 6 incompletos para a pré-escola, e deverão adotar objetivos educacionais, transformando-se em instituições de educação, segundo as diretrizes curriculares nacionais emanadas do Conselho Nacional de Educação. Essa determinação parte do pressuposto de que nessa idade que os estímulos educativos tem maior poder de influência sobre a formação da personalidade e o desenvolvimento da criança.

É na Educação Infantil que o trabalho de desenvolvimento do indivíduo se inicia e a gestão democrática pode, eminentemente, colaborar para este desenvolvimento se constitua compartilhado, coletivo e dialógico. A perspectiva da qual se assume o trabalho com a infância é educativa e não apenas de cuidados, sempre priorizando o bem-estar e o desenvolvimento das crianças. Para que esta formação seja plena, o currículo oferecido nas escolas de Educação Infantil requer ser bem pensado e articulado, sempre levando em conta as características locais, contextuais e as especificidades da demanda. Segundo Vergara (2011), o currículo deve estar centrado nas habilidades, nos interesses e nas curiosidades das crianças, com atividades bem planejadas com objetivos concretos, deixando de lado a intuição ou a espontaneidade do

professor. Essas habilidades serão aprimoradas e desenvolvidas ao longo de sua vida escolar.

Ao afirmar que a educação é dever da família e do Estado, assume-se uma grande responsabilidade na formação de um indivíduo crítico, responsável e consciente de seu papel na sociedade. Assim, na Educação Infantil, integração adultos x criança e criança x criança, os tornam sujeitos socialmente ativos, ambos aprendentes. Quando a criança é considerada como um ser de direitos, sobrepondo-se aos preconceitos do mundo dominado pelos adultos, ela deixa pouco a pouco o anonimato em que vive e passa a ser vista como personalidade em formação. Desse modo, abre-se para ela a possibilidade de conhecer e compreender o mundo, a cultura e as formas de socialização (MELLO, 2006).

Vygotsky (1996, p. 365), propõe que “[...] o essencial para o ser humano não é o simples fato de perceber o mundo, mas de compreendê-lo” e ao compreender o mundo, a criança vai se tornando um adulto responsável e crítico com a vida em sociedade. Nesta ótica, a prática pedagógica utilizada pelo professor não deve ser um modelo padrão para todos os ambientes, pois o mesmo precisa ter uma percepção das expectativas da sua classe, levando em consideração a bagagem cultural de cada aluno.

A proposta educacional que se busca deve apostar na possibilidade de todos aprenderem não de forma igual ou separada, mas, sim, pelas diversas relações e interações com a cultura, com o cotidiano vivido por adultos e por crianças, no espaço social da escola ou fora dele, onde a gestão democrática tem um papel fundamental que é, em conjunto entre os agentes educacionais, criar e da consecução a estratégias educacionais inter-relacionadas ao PPP da escola voltadas para o pleno desenvolvimento infantil.

Estas questões são essenciais para haver a compreensão da atuação da criança em seu próprio aprendizado. Baseando-se neste pressuposto, não é possível se considerar um modelo único de Projeto Político Pedagógico, sendo que há liberdade para que ele seja decidido de uma forma democrática. Assim sendo, os estabelecimentos de ensino, conforme a atual LDBN deverão definir as formas de gestão democrática que serão aplicadas, utilizando a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, bem como a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Além disso, deverão assegurar às unidades

escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observando as normas gerais de direito financeiro público, o que é de grande valia, pois são eles próprios que sabem onde os recursos precisam ser aplicados (BRASIL, 1996).

Também, cabe destacar estudos sobre organização e gestão escolar dividiram em forma de esquema três concepções: a técnico-científica (ou funcionalista), a auto-gestionária e a democrático-participativa (LIBANEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2005).

A concepção técnico-científica tem como base a hierarquia de cargos e funções, a qual visa à racionalização do trabalho e a eficiência dos serviços escolares. Segue princípios e métodos da administração empresarial. Tem como características a divisão técnica do trabalho escolar, o poder centralizado no diretor, a comunicação baseada em normas e regras, bem como maior ênfase nas tarefas do que nas pessoas.

A concepção auto-gestionária contraria a técnico-científica, pois está baseada na responsabilidade coletiva, ausência de direção centralizada, acentuação da participação direta e igualitária de todos os membros da instituição. Destaca-se, também, pela ênfase dada às inter-relações mais do que nas tarefas, sendo que as decisões são coletivas (assembleias, reuniões) e elimina todas as formas de exercício de autoridade e poder.

Considerada nos dias atuais como mais relevante para a educação de qualidade, Libâneo (2008, p. 104), coloca que “[...] a concepção democrático-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação do pessoal da escola”. Frisa, também, a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos, mas que estes precisam assumir a sua parte no trabalho, admitindo-se a coordenação e avaliação sistemática da operacionalização das decisões tomadas.

A democracia participativa é vista como um modelo ideal que justifica o exercício do poder político relacionado no debate público entre cidadãos que possuem condições iguais na tomada de decisões. Defende que as decisões políticas vêm de processos de discussão que, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da justiça social, conferem uma nova ordem na lógica de poder político tradicional. Assim sendo, o povo tem importância na tomada de decisões em relação ao âmbito da educação oferecidas nas escolas brasileiras, pois é a partir do ponto de vista dos envolvidos com certa realidade educacional que se pode ter a clareza de onde os recursos e melhorias devem ser aplicados no ambiente escolar.

Conforme Santos (2011, p. 22): “A gestão democrática é uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia, onde a participação de cada sujeito é fundamental”. Salienta, ainda, que o reconhecimento de ideias e contribuições deve ser independente do nível hierárquico.

Segundo Vaz (2008), atualmente o conceito de administrador não é mais abordado, onde o termo usado atualmente é gestor, sendo que o trabalho da direção da escola precisa passar a ser compreendido como um trabalho conjunto que necessita da representatividade e participação da comunidade escolar. Assim, o papel do gestor, que tanto pode ser o diretor de escola quanto o professor de sala de aula, para que sua atuação seja por meio de uma visão democrática, esta deve estar ligada ao conhecimento e interação de toda a comunidade escolar.

Ao gestor cabe incentivar ações em que haja a participação de todos de forma espontânea e, ainda, envolver-se com a formação continuada para garantir a qualificação da prática administrativo-financeira-pedagógica. Vaz (2008) afirma que o sucesso do aluno, também, pode depender dessas ações e para que tais objetivos sejam alcançados o diretor escolar precisa abrir espaços de participação de todos os segmentos da escola, priorizando um bom relacionamento entre escola e família.

As concepções de gestão escolar demonstram posições políticas e concepções de homem e sociedade. O modo como uma escola se organiza e se estrutura tem um caráter pedagógico, ou seja, tem uma função de transformação social. De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2005, p. 5) “[...] a organização e gestão refere-se aos meios de realização do trabalho escolar, à coordenação do esforço coletivo do pessoal que atua na escola, envolvendo os aspectos, físicos e materiais, os conhecimentos e qualificações práticas do educador”.

As relações interpessoais, o planejamento, a administração, a formação continuada, a avaliação do trabalho escolar, segundo o autor, tem a função de atingir os objetivos de uma escola democrática. Ao mesmo tempo, sendo atividades de caráter coletivo, não dependem apenas das capacidades e responsabilidades individuais, mas de objetivos comuns e compartilhados, assim como de ações coordenadas e controladas pelos agentes do processo.

Para Lück (2000), em toda sociedade percebe-se o desenvolvimento da consciência de que o autoritarismo, a centralização, a fragmentação, o conservadorismo estão fora de ótica, pois conduzem ao desperdício, ao imobilismo, ao ativismo inconsequente, a não responsabilidade por atos e seus resultados e, em última instância, à estagnação social e ao fracasso de suas instituições, já que os envolvidos não são comprometidos com os resultados.

Com relação às instituições de Educação Infantil, a equipe gestora, em parceria com os demais agentes, precisa priorizar e oportunizar uma educação que desmobilize tal perspectiva; uma escola que possibilite aos educandos desenvolverem-se como cidadãos criativos, críticos e que construam conhecimentos voltados ao reconhecerem-se como crianças, seres íntegros, aprendendo a conviverem consigo mesmas e com os outros, e que possa construir uma identidade autônoma que propicie o desenvolvimento de todas as habilidades sociais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) orientam a proposta curricular para a Educação Infantil de 0 a 6 anos. De acordo com as DCNEI

[...] A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo principal promover o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade garantindo a cada uma delas o acesso a processos de construção de conhecimentos e a aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças. (DCNEI, 2009, p.10-11)

As instituições públicas de Educação Infantil são gratuitas, não professam credo religioso ou partidário. Ao gestor dessas instituições cabe a observação desses conceitos e a consecução compartilhada e responsável do projeto político pedagógico, no sentido de propor e atividades educativas criativas, inovadoras e que possibilitem o desenvolvimento dos aspectos físicos, intelectuais, morais, culturais, entre outros, que vão desde a troca de fraldas, até atividades mais complexas para essas idades, como pintura, dança, expressão corporal, etc.

Como em qualquer estabelecimento de ensino, as instituições de Educação Infantil precisam preservar a gestão democrática e participativa, pois, conforme Santos

[...] entende-se, nesta perspectiva, a democracia como forma de aperfeiçoamento da convivência humana, construída histórica e culturalmente, que deve reconhecer e lidar com as diferenças, ser inclusivo das minorias e das múltiplas identidades, implicar na ruptura com as tradições e buscar a instituição de novas determinações. (SANTOS, 2002, p.02)

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (1998), também, salienta que a gestão democrática se constitui a partir de mecanismos de participação coletiva e a elaboração e o acompanhamento do Projeto Político Pedagógico pelos professores, demais profissionais da instituição, famílias, comunidade e, sempre que possível, da criança, já que a organização das instituições de Educação infantil deve orientar-se por esses fundamentos e compromissos com as múltiplas identidades e culturas na comunidade escolar.

Segundo Ferreira (1988, 112), gestor significa “[...] aquele que gere ou administra algo”. Partindo desta orientação, destaca-se a importância das instituições articularem seu projeto educativo com família e comunidade orientadas pela ação desenvolvida por seus gestores os quais precisam estar mobilizados com a comunidade pelos princípios e mecanismos de democratização.

Destaca-se que a comunidade esteja sempre participante nas atividades planejadas, tanto pelo professor de sala de aula, assim como pela equipe diretiva pensando a escola como um todo. A necessária relação de escuta e diálogo cotidianos com as famílias, respeitando os diferentes arranjos familiares, faz parte da lógica que serve para compromissar as famílias em relação à educação de seus filhos e a qualidade da educação que está sendo oferecida a eles.

No RCNEI, art. 4º, consta que

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade [...] na instituição de educação infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou orientadas pelos adultos (BRASIL, 1998, p. 11)

É importante frisar que essas aprendizagens, acontecem de maneira interdependente no processo de desenvolvimento infantil. A função social, política e pedagógica das creches e pré-escolas como instituições que compartilham com a família

e a comunidade a responsabilidade de educar e cuidar as crianças e de oferecer-lhes as melhores condições e recursos construídos culturalmente para que vivam suas infâncias e como espaços privilegiados de convivência e ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas.

Educar na infância significa, portanto,

[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, p. 23)

Dessa forma, a educação escolar poderá contribuir no desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

2.2 Qualidade e Educação Infantil

A Constituição Federal de 1988, alterada pela Emenda Constitucional 000.053-2006, aponta que a Educação Infantil será ministrada em creches e pré-escolas para crianças de até seis anos incompletos. Dessa forma, os Estados devem garantir o acesso, permanência e manutenção desses estabelecimentos de ensino. Além dessa garantia, há também a da valorização dos profissionais da educação, em que devem ingressar na carreira por meio de concurso público, ter um plano de carreira que garanta seus direitos e cursos de formação.

A Educação Infantil, antes vista apenas como assistencialista, passa a ser tratada como uma etapa de pleno desenvolvimento infantil e, portanto, sendo de suma importância a frequência da criança na escola. Assim, conforme a Constituição Federal

[...] O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; (BRASIL, 1988)

O ensino ministrado pelos educadores no âmbito das escolas de Educação Infantil, precisa respeitar os alunos a que lhe forem confiados conforme as particularidades de cada um, sendo que todos têm os mesmos direitos e precisam ter condições de acesso e permanência na escola, bem como devem ter liberdade para aprender e expressar o que já sabem.

O bem estar das crianças depende da qualidade da educação que lhes é oferecida. Para uma criança ser feliz, aprender e se desenvolver adequadamente, a qualidade de ensino a elas oferecida requer ser base político-pedagógica de sustentação dos projetos e programas de educação para a primeira infância. Nesse sentido, há um aumento considerável e significativo na melhoria das práticas pedagógicas oferecidas às crianças de 0 a 6 anos, pois se reconhece crianças nessa faixa etária “como cidadãs engajadas nas dinâmicas socioculturais” (SANTOS, 2011, p. 43).

Ao refletir sobre o desenvolvimento infantil, se analisa as interações estabelecidas entre a criança e o mundo. Cada criança é um sujeito competente que compartilha pontos de vista e tira conclusões da realidade. Desse modo, a educação oferecida a eles não pode ser desenvolvida de qualquer modo, em qualquer lugar e de qualquer maneira. Requer planejamento, organização, qualidade e dinamismo.

Sabe-se que por muitos anos a educação infantil foi vista como um “depósito de crianças”, pois os pais estavam preocupados em terem onde deixá-las enquanto estavam trabalhando e não com o que era oferecido em relação ao ensino nessas escolas (PIMENTA, 2001). Assim, os programas e projetos educacionais de governo, voltados para a primeira infância, passaram a priorizar a oferta de educação de qualidade e, neste sentido, também melhorar a vida das crianças pobres.

A creche surgiu como uma instituição assistencial que ocupava o lugar da família, nas mais diversas formas de ausência. Em 1922, o Estado organizou o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. As conclusões foram as de que a creche tinha como finalidade combater a pobreza e a mortalidade infantil, atender os filhos das mulheres trabalhadoras, mas com uma prática que reforçava o lugar da mulher no lar e com os filhos e promover a ideologia da família. (PIMENTA, 2001). Com o passar dos anos, avanços foram acontecendo em relação ao atendimento em creches e pré-escolas.

Na década de 70, ocorreu a profusão de movimentos sociais e com eles surgiu, entre outras, uma proposta de creche mais afirmativa para a criança, a família e a

sociedade. Para encerrar este período, é importante ainda frisar que, em 1975, o Ministério de Educação e Cultura instituiu a Coordenação de Educação Pré-Escolar e, em 1977, foi criado o Projeto Casulo, vinculado à Legião Brasileira de Assistência (LBA) que atendia crianças de 0 a 6 anos de idade e tinha a intenção de proporcionar às mães tempo livre para poder “[...] ingressar no mercado de trabalho e, assim, elevar a renda familiar” (PIMENTA, 2001, p. 15).

Nos meados da década 1980, pode-se dizer que houve um avanço considerável com relação à Educação Infantil, em que foram produzidos estudos e pesquisas de relevante interesse, inclusive discutindo e buscando a função da creche e da pré-escola, universalizou-se a ideia de que a educação da criança pequena é importante e independente de sua origem social e que é uma demanda social básica. Em 1988 a Constituição de 1988 definiu a creche e a pré-escola como direito de família e dever do estado em oferecer esse serviço.

Há uma diferença considerável entre escola, creche e pré-escola, a partir da função social que lhes é atribuída, a partir da consideração que a educação infantil tem função específica a de educar e cuidar. Segundo Rocha

[...] Enquanto a escola se coloca como o espaço privilegiado para o domínio dos conhecimentos básicos, as instituições de educação infantil se põem, sobretudo com fins de completaridade à educação da família. Portanto, enquanto a escola tem como sujeito o aluno, e como o objeto fundamental o ensino nas diferentes áreas, através da aula; a creche e a pré-escola têm como objeto as relações educativas travadas num espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de 0 a 6 anos de idade. (ROCHA, 1999, p. 61)

As camadas populares, quando tem acesso à pré-escola frequentam, essencialmente, instituições de ensino público, em que, na maioria dos casos, se observa a ênfase na filosofia dos programas e no atendimento proposto de concepções diversas, muitas delas predominantemente assistencialistas.

Há, ainda, uma grande quantidade de pais que matriculam seus filhos nas escolas de educação infantil não pensando no seu caráter educativo e social, mas, sim, na intenção de garantir “[...] aos mesmos momentos de cuidado, de higienização e alimentação por parte das instituições, passando a sua responsabilidade de cuidar para elas” (PIMENTA, 2001, p. 18).

Ao lado das concepções do trabalho pedagógico para a infância, é preciso ter em mente que as instituições voltadas para a educação infantil surgem como exigência imposta pela sociedade. Assim, devido ao trabalho capitalista e a necessidade de um lugar para deixar seus filhos, muitas mães deixam as crianças em creches sem ao menos ter a intenção da contribuição pedagógica que esse tempo na creche pode trazer para a criança; a perspectiva da família aí é sim assistencial e, sendo assim, a escola é vista como local para cuidar de seus filhos enquanto buscam sustento. Para Kuhlmann (2007, p. 4) “[...] o assistencialismo das instituições de educação infantil é uma concepção educacional, é uma proposta de uma pedagogia. Eu chamo de pedagogia do assistencialismo”.

Criar instituições só para as classes menos favorecidas, no caso das escolas de Educação Infantil, significa suprir carências emocionais causadas pelas famílias, que dispõem de pouco tempo para os filhos. Mudar a ideia de assistencialismo e educação compensatória tem o significado de assumir as reais características da educação infantil, quais as responsabilidades do estado e da sociedade em relação a ela, bem como a qualidade do trabalho oferecido nas instituições.

Reservado a esse público carente, tal tipo de assistência resulta, então, numa outra situação problemática, isto é, conforme salienta Pimenta (2001), por desconhecimento das características das crianças, nessa faixa etária em particular, acarreta, assim, atendimentos unilaterais, e, por, essa razão, diversificados, deficientes e distorcidos.

Portanto, as instituições de educação infantil precisam oferecer não só situações de cuidados, mas, também, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada que contribuam para o pleno desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. A educação auxilia o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas da criança, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998).

A pré-escola também passou pelo processo da rejeição, da indiferença e, finalmente, da aceitação, visto que a importância da mesma foi reconhecida pela sociedade em geral.

Coloca Pimenta

[...] a despeito do reconhecimento de sua necessidade, a Pré-Escola no Brasil é, ainda, muito incipiente, pouco difundida, atingindo minúscula parcela do universo de crianças em idade pré-escolar. A falta de uma política nacional de educação pré-escolar faz com que a grande maioria da clientela com idade de 0 a 6 anos, principalmente das camadas populares, não tenha acesso a essa modalidade de ensino. (PIMENTA, 2001, p. 251)

Com o passar do tempo, o incentivo dado a estes estabelecimentos de ensino foi crescendo e junto com essa qualidade, precisou-se criar formas para que os velhos conceitos sobre a Educação Infantil fossem mudados.

Até a década de 1980, o conceito de qualidade estava ausente do discurso pedagógico e nas prioridades e ações do Estado. Os grandes mestres da pedagogia moderna como Comenius, Froebel, Pestalozzi, Freire, entre outros, nunca utilizaram esse termo. Suas obras foram dedicadas a “[...] demonstrar um tipo de pedagogia que autorizasse as crianças, jovens e adultas aprender naturalmente, que porventura o educador os assessorava e os desafiava” (VERGARA, 2011, p. 05). Em termos concretos, esse conceito de qualidade surge concomitantemente com o mundo da indústria na década de 1920, pois ela deveria ser de extrema qualidade para ser mostrada ao mundo. Por isso, não é por acaso que a educação precisou evoluir junto a esse mecanismo industrial, pois ela foi se tornando de extrema importância para o mercado de trabalho.

O objetivo da educação para menores de cinco anos, segundo Vergara (2011, p. 06), foi de “[...] proporcionar a elas, de forma integrada, experiências pedagógicas de aprendizagem e promover ações relacionadas à sua saúde e ao seu estado nutricional”. Assim, as experiências de aprendizagem precisam referir-se às dimensões da corporeidade, aos conhecimentos, à socialização, à comunicação, a autonomia e criatividade.

Para o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998), atendendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, em que as creches e pré-escolas buscam uma ação integrada que contenha atividades educativas concomitantemente com os cuidados essenciais que as crianças dessa faixa precisam.

Ainda, o referido Referencial, aponta metas de qualidade que visam desenvolver nas crianças a sua identidade, que sejam capazes de crescerem como cidadãos que tiveram seus direitos reconhecidos. Sua contribuição também é no sentido de apoiar a busca por ambientes amplos, onde haja o incentivo a educação de qualidade, sempre respeitando os estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira.

Uma das metas do RCNEI se refere à formação pessoal e social e conhecimento de mundo; constitui-se eminentemente uma meta de caráter curricular. A formação pessoal e social refere-se à construção do sujeito em relação ao desenvolvimento de capacidades de natureza global e afetiva, bem como à interação com os outros e o convívio social e o conhecimento de mundo é o seu olhar para a sociedade.

Ao propor identidade e autonomia se estão conectando conhecimento e identificação dos próprios gostos, preferências, o domínio de habilidades e a construção de limites. Pelo movimento, música e artes visuais, há a possibilidade de desenvolver a sensibilidade e criatividade, as diferentes linguagens que irão garantir a comunicação, em que as crianças irão transformar o que estão conhecendo em arte.

Ao abordar a linguagem oral e escrita, o RCNEI (BRASIL, 1998) aponta que são “[...] um dos elementos importantes para as crianças ampliarem suas possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais” (p. 117). Já no que se refere a natureza, sociedade e matemática o Referencial destaca que as crianças se deparam com objetos do mundo, onde organizam explicações e respostas diante dos acontecimentos e formulam conceitos sobre a natureza. Assim, as noções matemáticas servem para as crianças de educação infantil formular conceitos, aprender a contar, identificar numerais, relacionar formas e aprimorar seu raciocínio lógico, mesmo que suas respostas sejam aleatórias ou não corretas às perguntas feitas em relação às situações matemáticas.

As crianças, desde que nascem, participam de diversas práticas sociais no seu dia-a-dia, tanto fora como dentro das instituições de Educação Infantil. Segundo o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil “[...] a família, os parentes, os amigos, a instituição, a igreja, entre outros, constituem espaços de construção do conhecimento social” (BRASIL, 1998, p. 80). Assim, na escola, a criança encontra novas formas e relacionar e de contato com uma grande variedade de costumes, hábitos e expressões culturais.

Integrar família, comunidade e escola, é um objetivo que deve estar presente em todas as instituições escolares, pois a escola está inserida em uma comunidade onde precisa realizar um trabalho voltado à realidade dos educandos, bem como proporcionar aos pais participação no projeto educacional da instituição.

Bassedas (1999), sobre a relação família e escola, afirma:

Os contatos informais são importantes por diversas razões: permitem um conhecimento progressivo dos agentes educadores da criança, ajudam os pais e as mães a tranquilizarem-se e a verem com segurança a estada do seu filho ou filha na escola, a própria criança pode ver que as pessoas adultas significativas para ela têm coisas a dizer-lhe. (BASSEDAS, 1999. 285)

As relações entre a família e o professor precisam concretizar o objetivo geral de compartilhar a ação educativa. É de extrema importância que os pais estejam engajados junto com os professores mesmo que informalmente, em busca de uma educação melhor para seus filhos e demais alunos.

Segundo Vergara (2011), informal é que não tem formalidades, portanto, não se faz necessário marcar reuniões, encontros com registros em atas ou festividades para haver um encontro entre pais e professores. O simples fato dos pais virem até a escola, para buscar e trazer seu filho, já pode haver uma conversa informal sobre como estão as aulas, qual o comportamento da criança até mesmo sugestões e críticas sobre algo.

Para os pais, apresenta-se um desafio ao mandar seu filho para a escola, principalmente quando ele está iniciando sua carreira escolar. Faz-se necessário, conhecer o ambiente, professor e até mesmo o transporte que seu filho utilizará para chegar ao estabelecimento de ensino. Cabe aos professores e equipe gestora, planejar meios mesmo que informais para que esse desafio se torne o mais fácil possível, tanto para os pais como para o aluno.

Planejar não orienta somente o professor, quais são suas metas e objetivos e quais as atividades educativas que serão desenvolvidas. Planejar favorece aos alunos a construção de competências para cuidar-se de si mesmas. Assim, o planejamento constitui-se um mecanismo que impulsiona a qualidade na escola, uma vez que

Planejar atividades, fazer uma boa organização do trabalho possibilita ao educador ter uma direção nas coisas que se propõe a fazer, bem como oferecer segurança as crianças, permitindo-lhes desde muito pequenas a compreensão de que vivemos num mundo organizado, onde as coisas

acontecem numa sucessão do tempo: antes, durante e depois. Oportunizar-lhes vivências de situações que lhe permitam entender isto, é auxiliá-las também a serem mais independentes em relação ao adulto. O que não significa, porém que todos os dias devemos fazer as mesmas coisas ou que tenhamos que cumprir exatamente o que havíamos pensado. (CRAIDY; KAERCHER, 2001, p. 19)

A escola que possui gestores preocupados com a qualidade do ensino prioriza o planejamento e, nesta perspectiva, terá educadores comprometidos com o planejamento institucional e de sua aula, entendendo que este implica na sua ação pedagógica dinâmica, comprometida e contextualizada, voltada aos interesses e curiosidades das crianças, refletindo sobre sua prática, articulando a relação teoria e prática.

Quanto a atual LDB e sua sintonia com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172 de 2001, no que se refere a gestão democrática, cabe destacar aspectos que apontam para a necessidade de redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso a escola e à permanência com sucesso, assim como a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Conforme salienta o PNE, uma das metas para a Educação infantil é

[...] Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2001, p. 8)

Considerando essa meta, pressupõe-se que o objetivo central é atender a grande demanda de crianças que não encontram vagas nas instituições de educação infantil para, assim, aprimorar seu conhecimento e desenvolvimento além de estar em um local seguro enquanto seus pais trabalham.

Quanto à qualidade na educação, o Plano Nacional de Educação afirma que

[...] A maioria dos ambientes não conta com profissionais qualificados, não desenvolve programa educacional, não dispõe de mobiliário, brinquedos e outros materiais pedagógicos adequados. Mas deve-se registrar, também, que existem creches de boa qualidade, com profissionais com formação e experiência no cuidado e educação de crianças, que desenvolvem proposta

pedagógica de alta qualidade educacional. Bons materiais pedagógicos e uma respeitável literatura sobre organização e funcionamento das instituições para esse segmento etário vêm sendo produzidos nos últimos anos no país. (BRASIL, 2001, p. 9)

Diante dos pressupostos e metas do Plano Nacional de Educação, ao gestor comprometido cabe realizar constantes avaliações mesmo que informais, para verificar como o trabalho escolar está sendo realizado, no sentido de avaliar quais os pontos fortes e as fragilidades e estabelecer prioridades e estratégias de ação para melhorar a qualidade dos processos educacionais. Já que a educação de qualidade é um todo relacionado as dimensões administrativa, pedagógica e financeira, se faz necessário que o gestor, na pessoa do diretor, analise como está o transporte escolar, se há falta de professores e quais seus motivos, frequência dos alunos, segurança na escola, o uso das tecnologias, entre outros aspectos.

Infelizmente, ainda, nos dias atuais, considera-se uma escola de qualidade, aquela que ensina a ler e a escrever, a pintar sem rasurar ou os alunos fixam a tabuada. O que precisa ser feito é mudar com urgência esse conceito, pois o sinônimo de qualidade deve ser mudado, avaliado e melhorado constantemente, já que educação é interesse público.

Para avaliação de como está a qualidade da educação brasileira, estão sendo utilizados os Indicadores de Qualidade da Educação. Estes foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da mesma, pois quando se conhece seus pontos fortes e suas fraquezas, a escola e sua equipe gestora conseguem aprimorar a sua educação.

Quanto ao ambiente educativo, conforme está proposto pelo MEC quanto aos Indicadores de Qualidade para a Educação (2004, p. 19) “[...] o respeito, a alegria, a amizade e a solidariedade, a disciplina, o combate à discriminação e o exercício dos direitos e deveres são práticas que garantem a socialização e a convivência”, desenvolvendo e fortalecendo a noção de cidadania e de igualdade entre todos.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006) apresentam, também, que os princípios éticos devem ser respeitados. Quanto à gestão democrática, nos estabelecimentos de educação infantil ela também precisa ser efetivada diante da tomada de decisões em conjunto com toda a comunidade escolar, sempre divulgando com clareza e transparência, tudo o que acontece no âmbito escolar,

pois todos estão conscientes dos problemas, dificuldades e anseios, podendo contribuir para a educação de qualidade.

Para ser professor titular de uma turma de educação infantil, a titulação é de fundamental importância. Sabe-se que cursos de formação constantes além de formação em curso superior completo são imprescindíveis para o bom andamento da turma, sendo que para substituí-lo em um ocasional afastamento, somente um profissional de igual formação. Caso não haja essa formação, haverá um apoio dos sistemas de ensino para que haja a obtenção da formação exigida.

O ambiente físico escolar é relativamente importante para a educação de qualidade, pois segundo os Parâmetros “[...] são construídos e organizados para atender às necessidades de saúde, segurança, descanso, interação, estudo, conforto, de profissionais, familiares e crianças” (BRASIL, 2006, p. 43), sem contar com a acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais.

Conforme os Indicadores de Qualidade para a Educação é fundamental:

[...] Suficiência: disponibilidade de material, espaço ou equipamento quando deles se necessita. Qualidade: adequação do material à prática pedagógica, boas condições de uso, conservação, organização, beleza, etc. Bom aproveitamento: valorização e uso eficiente e flexível de tudo o que se possui. (BRASIL, 2004, p. 41)

Há grande preocupação com o acesso e a permanência dos alunos na escola, mesmo na etapa da educação infantil, já que muitos desistem de estudar devido à repetência ou dificuldades familiares. Tendo-se a consciência de que a educação é a responsável em formar cidadãos conscientes de seu papel social, é imprescindível que os alunos permaneçam na escola e acabem seus estudos na idade certa. Para isso, a educação de qualidade é responsável pela permanência, pois o acesso dos alunos precisa acontecer, porém a centralidade da educação precisar estar na permanência de qualidade.

Salienta Dourado que

[...] os custos das escolas eficazes ou de qualidade apresentam aspectos gerais a serem considerados (pessoal, docente, técnico-administrativo e de apoio, material de consumo, etc), pois há dificuldade do professor trabalhar sem o

material necessário e que consta em seu planejamento. (DOURADO, 2007, p. 16)

Outro fator é o número de alunos por turma, já que quanto menores os alunos de educação infantil, mais atenção precisam na construção de seu conhecimento, além de ajuda para atividades básicas, tais como se alimentar, higiene, etc. O espaço físico também é considerado importante, já que o número de alunos deve ser adequado ao tamanho das salas de aula, banheiros, laboratório de informática, biblioteca, refeitório, área de lazer, bem como estes devem ser arejados, iluminados e limpos, acessíveis às pessoas com necessidades especiais.

Vários itens são fundamentais para que o ambiente escolar se torne agradável, acolhedor e de qualidade. Para os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006), as pessoas que utilizam e trabalham no ambiente escolar são responsáveis pela conservação dos equipamentos oferecidos a elas para a realização de seu trabalho, pois de nada adianta haver e serem fornecidos materiais e não haver cuidado com eles.

Assim sendo, tendo por base os Parâmetros e Indicadores de Qualidade, é importante priorizar a inter-relação de vários fatores indispensáveis: ambiente educativo, prática pedagógica e avaliação, gestão escolar democrática, formação, valorização e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar, acesso e permanência dos alunos na escola.

Complementando tais perspectivas de qualidade, Dourado coloca que

[...] a organização do trabalho escolar está também determinada pelas condições em que se estabelecem as relações com a comunidade, com os alunos e entre os profissionais, tendo em vista a resolução de problemas, o planejamento e os processos de tomada de decisão. Neste sentido, a *gestão democrático-participativa* na escola apresenta-se como um dos aspectos fundamentais das condições de oferta de ensino com qualidade. (DOURADO, 2007, p. 49)

A formação pedagógica do professor, também, constitui-se responsável pela educação de qualidade. Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 23) apontam que: “[...] qualificação docente é vista como uma importante variável no processo de efetivação do desempenho dos estudantes e, conseqüentemente, na garantia de uma educação de

qualidade”, se aliando aos Indicadores de Qualidade para a Educação (2004) que propõem:

[...] é importante que se garanta formação continuada aos profissionais e também outras condições, tais como estabilidade do corpo docente, o que incide sobre a consolidação dos vínculos e dos processos de aprendizagem, uma adequada relação entre o número de professores e o número de alunos, salários condizentes com a importância do trabalho, etc. (BRASIL, 2004, p. 38)

Ressalta-se que o educador precisa ter consciência do seu papel para que a educação se constitua de qualidade. Como a busca por uma qualidade na educação é um processo entrelaçado, em que vários fatores precisam ser observados, o interesse do aluno em estudar é de fundamental importância para o sucesso da educação. Mesmo que com escolas de boa estrutura, professores qualificados e motivados, participação democrática, sem o interesse de aluno em estudar, as demais questões de nada servem.

O grande desafio é fazer com que os alunos não evadam e concluam seus estudos em idade escolar adequada. Para Dourado, (2007) esse processo começa já na escolha da escola. Se o aluno apresenta relutância em frequentá-la e não se agrada com seu perfil, dificilmente a frequentará com prazer e alegria, pois o aluno precisa da perspectiva de avanço nos estudos, e isso acontece com o apoio dos profissionais que trabalham na escola.

Os Indicadores de Qualidade da Educação (2004) apontam que a comunidade escolar precisa discutir formas de motivar os alunos quanto a sua aprendizagem, que vão desde a atenção e carinho dado pelos profissionais aos estudantes, até as atividades extracurriculares oferecidas a eles quando estes apresentam dificuldades, onde a gestão democrática assuma o papel de identificar quais são os problemas enfrentados pelos alunos.

Ao considerar a educação infantil como uma etapa em que as crianças precisam interagir com o meio para que seu desenvolvimento seja adequado para sua idade, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006, p. 16) salientam que “[...] são perpassadas pela função indissociável do cuidar/educar, tendo em vista os direitos e as necessidades próprios das crianças no que se refere à alimentação, à saúde, à higiene, à proteção e ao acesso ao conhecimento sistematizado”.

Portanto, a qualidade na educação oferecida nos estabelecimentos de educação infantil, conforme os Parâmetros (BRASIL, 2006, p. 32), “[...] evidencia a necessidade de se tomar a criança como um todo para promover seu desenvolvimento e implica compartilhamento da responsabilidade familiar, comunitária e do poder público”. A educação infantil na perspectiva de processo contínuo, em que o desenvolvimento infantil precisa ser incentivado de uma forma sistemática, articulada, responsável e prazerosa.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Delineamento da Pesquisa

A natureza desta pesquisa constitui-se a partir da abordagem qualitativa. Quando se opta pela abordagem qualitativa, segundo Minayo (2010), buscam-se características próprias, em especial a fonte direta dos dados em ambiente natural com o envolvimento direto do pesquisador. Assim, o pesquisador envolve-se diretamente com os significados objetivo e subjetivo que as pessoas dão às coisas, aos fatos, aos processos, entre outros aspectos subjacentes a temática de pesquisa e seu(s) contexto(s).

A pesquisa qualitativa desenvolveu-se por meio de um estudo de caso. Nesse sentido, Minayo (2010) coloca que os casos podem ser indivíduos, programas, instituições e grupos. A pesquisa do tipo estudo de caso consiste num modo peculiar de coletar, organizar e analisar dados em contexto específico. O propósito é reunir informações inteligíveis, sistemáticas e em profundidade sobre o caso de interesse.

Minayo (2010) aponta que o ciclo da pesquisa nunca se fecha. Ele consiste em um processo de trabalho que começa com um problema ou uma pergunta e termina com resultados e discussões, um produto, que pode originar novas indagações.

3.2 Contexto e Sujeitos de Pesquisa

A pesquisa desenvolveu-se no município de Nicolau Vergueiro – RS e envolveu a única Escola de Educação Infantil. Foram entrevistadas duas Professoras, a Diretora e a Secretária de Educação. A autora do presente trabalho é professora efetiva da escola em questão e, portanto, constituiu-se pesquisadora em ambiente natural de trabalho.

A escola analisada localiza-se no centro do município de Nicolau Vergueiro e funciona no turno da tarde. Conta com cinco professoras, uma atendente, duas funcionárias e 69 alunos, divididos entre as turmas do Maternal (2 a 3 anos), Jardim (3 a 4 anos), Pré I (4 a 5 anos) e Pré II (5 a 6 anos).

O corpo docente, em sua maioria, possui formação em nível superior; alguns docentes estão quase concluindo o ensino superior. Uma professora é especialista e uma está concluindo a especialização.

3.3 Coleta e Análise de Dados

Para a coleta de dados foi utilizado o questionário aberto que, com exceção do questionário das professoras, foi diferenciado a cada uma das participantes. Também, realizaram-se observações assistemáticas e informais no cotidiano da escola, em que o diálogo permeou os processos de interatividade e coleta de dados acerca da gestão democrática e a qualidade na educação infantil.

Os questionários para as duas professoras e a diretora da escola de educação infantil contaram com a seguinte estrutura:

Diretora – os pais reconhecem a Educação Infantil como ambiente de aprendizagem ou como “depósito de crianças”; o que está relacionado à qualidade da educação infantil; como é elaborado o PPP da Educação Infantil; como são asseguradas as condições ideais de aprendizagem da Educação infantil; como são organizados os espaços da escola e o quadro de professores; como é oferecida a formação continuada dos professores; como se dá a relação família e escola; o que é gestão democrática para vocês e que ligação ela tem com o bom andamento do trabalho desenvolvido na escola; como é garantida a gestão democrática na Educação Infantil; como é organizado o trabalho pedagógico na escola de Educação Infantil?

Professoras – na sua percepção, como os pais reconhecem/ compreendem a educação infantil; como acontece a relação escola e família? Esta relação contribui para a qualidade do trabalho escolar? Por quê; como foi elaborado o PPP da educação infantil? Você esteve envolvida na construção/ execução do PPP? Por quê; como é trabalhado o tripé cuidar, brincar e educar na educação infantil; como é organizado o trabalho pedagógico na escola de educação infantil; a qualidade na educação infantil é preocupação da equipe gestora e dos professores; como são organizados os espaços da escola de educação infantil, os recursos materiais e tecnológicos, assim como o quadro de professores; como é oferecida a formação continuada dos professores? A formação dos professores contribui para a qualidade da educação infantil; no trabalho escolar a equipe gestora e os professores primam pela gestão democrática; a gestão democrática contribui para a qualidade da educação infantil; como é garantida a gestão democrática na educação infantil.

Secretária de Educação – qual o objetivo da Educação Infantil em seu município; qual importância dada a Educação Infantil; quais são os investimentos aplicados na Educação Infantil; esses investimentos são feitos apenas para cumprimento da lei? Por quê; no seu município, as instituições de Educação Infantil ainda representam para a comunidade como assistencialistas, onde as mães deixam seus filhos para poderem trabalhar; os pais reconhecem a Educação Infantil como ambiente de aprendizagem ou como “depósito de crianças”; como é elaborado o PPP da Educação Infantil; como são asseguradas as condições ideais de aprendizagem da Educação infantil; como são organizados os espaços da escola e o quadro de professores; como é oferecida a formação continuada dos professores; o que o município oferece para a garantia e permanência na escola de Educação Infantil; como é garantida a qualidade na Educação Infantil; como se dá a relação família e escola; o que é gestão democrática para vocês e que ligação ela tem com o bom andamento do trabalho desenvolvido na escola; como é garantida a gestão democrática na Educação Infantil; como é garantida a gestão democrática na Educação Infantil?

Ao mesmo tempo em que as questões estavam sendo respondidas pelas pesquisadas, respectivamente, houve a realização de pesquisa bibliográfica em livros, revistas, periódicos que abordavam discussões acerca da gestão educacional democrática, da educação infantil. Também, realizou-se análise documental da legislação pertinente.

Após a aplicação dos questionários e a devolução dos mesmos, houve a análise dos dados. Para a realização dessa etapa utilizou-se a análise textual proposta por Moraes, o qual afirma:

[...] entendemos que a análise textual parte de um conjunto de pressupostos em relação à leitura dos textos que examinamos. Os materiais analisados constituem um conjunto de significantes. O pesquisador atribui a eles significados sobre os conhecimentos e teorias. A emergência e comunicação desses novos sentidos e significados é o objeto da análise. (MORAES, 2003, p. 193.)

Nesta perspectiva, quando se obteve as respostas dos questionários, elas foram analisadas, realizando-se aproximações teóricas, legais e práticas a partir dos pontos e contrapontos entre o que foi respondido pela Secretária de Educação, a Diretora e as

Professoras para verificar o que cada uma apontou pensa sobre a educação infantil do município e respectivos entrelaçamentos a temática de pesquisa.

A partir das respostas levantadas, partiu-se para a construção dos resultados com as percepções, análises e discussões expressando, portanto, a posição dos pesquisados, evitando as particularidades e, ao mesmo tempo, buscando as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos da pesquisa, considerando, sobretudo, o que Moraes (2003, p. 195) coloca: “[...] as unidades de análise são construídas com base nos conhecimentos tácitos do pesquisador, sempre em consonância com os objetivos da pesquisa”.

4 CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao apresentar a análise textual baseada na sistematização das respostas ao questionário aplicado as Professoras, Diretora e Secretária de Educação, houve a construção do texto enriquecido com os conhecimentos prévios da pesquisadora e no referencial teórico.

A primeira pergunta lançada à Secretária de Educação quanto ao objetivo da educação infantil no município, considerou os preceitos expressos na Política Nacional de Educação Infantil quando afirmou que a “Educação Infantil, nos últimos anos, passou a ser reconhecida como verdadeiro direito da criança e das suas famílias, mas especialmente como dever do Estado e, também, como a primeira etapa da Educação Básica”. Portanto, no município de Nicolau Vergueiro ela ainda poderia ser assistencialista, mas segundo a resposta obtida, ela tem como objetivo a socialização da criança por meio da interação com crianças da mesma idade, construindo sua aprendizagem, valorizando sua criatividade, sua liberdade de modo que ela possa se desenvolver e construir suas próprias ações com autonomia.

A Secretária de Educação salientou que os investimentos aplicados a essa etapa no município, conforme perguntado na terceira questão “[...] vão além do que estipulado e destinado para esses fins, pois a educação infantil é prioridade em seu município, mas que precisam buscar uma formação continuada coerente para os professores e profissionais que venham trabalhar com as crianças”.

Saviani (1984) coloca que a formação continuada do professor, na perspectiva histórico-social, toma como base a prática pedagógica e situa como finalidade dessa prática levar os alunos a dominarem os conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade. Para conseguir que os alunos se apropriem do saber escolar de modo a se tornarem autônomos e críticos, o professor precisa apropriar-se deste saber tornando-se cada vez mais autônomo e crítico.

Após esses questionamentos diferenciados feitos à Secretária de Educação, foram organizadas algumas perguntas padrões às entrevistadas. Ao se manifestar sobre a compreensão que os pais têm sobre a finalidade da educação infantil, a Professora A salientou que “[...] a maioria não vê a educação infantil como uma etapa de aprendizagem, apenas a creche serve como um lugar para deixar seu filho”. A Professora B salientou que “[...] os conceitos sobre a finalidade da educação infantil estão mudando gradativamente” e acredita que logo nenhuma família irá “depositar”

seus filhos nas creches, mas, sim, os levarão sabendo que terão incentivos para seu desenvolvimento.

Para a Diretora da escola, percebe-se que depois de ter sido reorganizado o quadro de professores e funcionários, bem como a mudança para outro prédio com espaço adequado, os pais começaram a valorizar mais a educação infantil como um lugar para a aprendizagem e não somente como um “depósito de crianças”. Depois dessa reorganização, os pais passaram a participar em maior número aos eventos promovidos pela escola e, também, estão mais preocupados com o desenvolvimento dos filhos, com algumas exceções.

A Professora A quando foi questionada quanto à relação família e escola, respondeu que por parte da escola a relação é aberta e de maneira afetiva, mas que por parte dos pais há pouca valorização do trabalho dos professores. A Professora B salientou que busca o maior contato possível com as famílias, mesmo que informalmente, para que “[...] se sintam a vontade em relação ao seu trabalho para criticar, opinar e incentivar”.

Já a Diretora, apontou que há comunicação por meio da visita de pais na escola quando acham a visita necessária e, também, quando os professores acham que os pais precisam ser chamados em particular para tratar de assuntos referentes ao seu filho. Também, se faz reuniões trimestrais para entrega de pareceres ou é feita uma reunião para uma turma específica quando esta apresentar algum problema.

A Secretária de Educação afirmou que os pais enxergam a creche como um lugar onde as crianças brincam, mas sem o conhecimento que esse brincar é fundamental para o seu aprendizado, onde deixam seus filhos enquanto trabalham. Assim,

[...] Não há o entendimento que na Educação Infantil: a criança vive um momento fecundo, em que a interação com as pessoas e as coisas do mundo vai levando-a a atribuir significados àquilo que a cerca. Este processo que faz com que a criança passe a participar de uma experiência cultural que é própria de seu grupo social é o que chamamos de educação. No entanto, esta participação na experiência cultural não ocorre isolada, fora de um ambiente de cuidados, de uma experiência de vida afetiva e de um contexto material que lhes dá suporte. (CRAIDY & KAECHER, 2001, p. 16)

De maneira geral, a relação família e escola é muito importante para a formação do educando e, certamente, constitui-se um indicador de qualidade na educação infantil.

Afirma Nérice

[...] A influência da família, no entanto, é básica e fundamental no processo educativo do imaturo e nenhuma outra instituição está em condições de substituí-la. [...] A educação para ser autêntica, tem de descer à individualização, à apreensão da essência humana de cada educando, em busca de suas fraquezas e temores, de suas fortalezas e aspirações. (NÉRICI, 1972, p. 12)

As famílias representam um “porto seguro” para as crianças, por isso a relação família e escola são indispensáveis e requer, constantemente, se renovar e fortalecer. Quando a criança sabe que seus pais são comprometidos com a educação a ela oferecida, sente-se valorizada e, conseqüentemente, dá maior valor ao seu estudo, mesmo que na etapa da educação infantil, e a escola, por sua vez, compromete-se com a educação oferecida ao público infantil.

Quanto à formação dos professores, para a Secretária de Educação, essa meta ainda não está sendo cumprida, pois considera que falharam quanto à formação dos professores no ano de 2013, pois como salienta o Referencial Curricular para a Educação Infantil (1998, p. 67) “este precisa ser polivalente, trabalhando com conteúdos de naturezas diversas, que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento”. Sendo assim, a formação continuada é imprescindível para a atualização do professor.

A Diretora confirma a colocação da Secretária quanto à formação dos professores, entendendo que “[...] as poucas reuniões pedagógicas que aconteceram foram para planejamento, não se discutindo os anseios dos professores ou trazendo sugestões para o trabalho dos mesmos”.

A Professora A salienta que o oferecimento dos cursos de formação acontecidos nesse ano “[...] foi acessível, onde todos os professores puderam participar (Jornada de Literatura, reunião pedagógicas)”. Considera os encontros de formação continuada muito importantes para o dia-a-dia da escola, pois “[...] o mundo está em constante mudança e essa realidade está na escola”.

A professora B sugere que os cursos de formação poderiam ser realizados na escola, onde os próprios professores escolheriam os assuntos que considerariam

essenciais, pesquisados na internet ou trazidos profissionais nos assuntos escolhidos para ir à escola explicar seus conhecimentos, pois nas reuniões pedagógicas geralmente monta-se os projetos que serão desenvolvidos e não se debate as dificuldades encontradas.

O mundo está em constante desenvolvimento e, respectivamente, a escola sente as mudanças que acontecem no meio em que está inserida. A formação continuada dos professores vem a contribuir para que os mesmos se qualifiquem e se atualizem. É indispensável a escola, quanto a Secretaria de Educação, priorizar formação continuada, em especial na perspectiva de considerar as demandas e as necessidades das comunidades escolares. Portanto, a formação de professores constitui-se um indicador de qualidade para a educação infantil e, também, para democratização da escola.

Quando questionados sobre a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, a Diretora colocou que foi elaborado em conjunto com a Secretaria de Educação, com uma pequena participação dos professores. A Secretária de Educação confirmou a colocação da Gestora quanto ao processo de elaboração do PPP, pois estava muito defasado e sem ser atualizado por muito tempo. Sinalizou que orientou a Diretora para que o organizasse, pois as aulas iniciariam no mês de fevereiro e não haveria tempo de

Definir o PPP como um facilitador do processo da construção do conhecimento e projetá-lo como intencionalidade educativa é de grande valor no princípio da organização social, cultural e educativa da comunidade. Libâneo coloca que

[...] O projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade, tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando a atingir os objetivos que se propõem. É o ordenador, o norteador da vida escolar. (LIBÂNEO, 1982, p.11)

Em outras palavras, o PPP é uma direção a ser seguida, pois é a partir dele que se diagnostica a realidade, se traçam objetivos, propõem metas, planejam-se ações e o principal: os agentes envolvidos na aprendizagem do aluno podem fazer uma avaliação quanto a sua conduta em sala de aula e institucionalmente.

Quando não construído coletivamente, o PPP se torna sem sentido, pois não há o comprometimento da comunidade escolar com a qualidade de ensino, pois quando formulado com coletividade, ele se torna um instrumento que permite a escola inovar a

prática pedagógica, já que apresenta novos caminhos para as situações que precisam ser modificadas. Ao construí-lo em parceria com toda a comunidade escolar, a escola pratica a sua autonomia, sendo ele um direito e um dever da escola.

A escola não deve elaborar seu PPP por ser uma exigência legal, mas, sim, por haver uma necessidade de inovação na ação coletiva do cotidiano da escola. Assim, a lei orienta e normatiza aspectos relacionados à elaboração do PPP, mas são os sujeitos envolvidos que garantem a sua construção coletiva, compartilhada e responsável, bem como a sua consecução em busca da melhoria da qualidade de ensino e da efetivação de uma gestão democrática. Ao ser construído com coletividade, o PPP permite que vários atores expressem suas concepções e ponto de vista em relação ao cotidiano escolar, avistando o que a escola é e poderá vir a ser, com base na definição de objetivos comuns compartilhados pelos envolvidos na sua formulação.

Quando se defende a gestão democrática, propõe-se o compartilhamento de idéias e ideais que contribuam para a qualidade da educação infantil, em especial, a observância a princípios de participação, coletividade, ética, respeito a diversidade, inclusão, autonomia, transparência e descentralização do poder.

O lúdico, na educação infantil, constitui-se um elemento metodológico indispensável. Quando questionadas quanto ao tripé cuidar, brincar e educar, a Diretora da escola apontou que “[...] as professoras são orientadas a envolver as crianças em todas as brincadeiras e que essas devem ser sempre variadas e conforme a idade de cada turma”. Também, há a orientação de que haja a interação do professor nas brincadeiras, sejam elas a dança, os jogos, o faz-de-conta ou no parquinho da escola, entre outras.

A Professora A apontou que trabalhar com as crianças dessa faixa etária é muito prazeroso, pois se consegue passar conhecimentos por meio de brincadeiras e por gestos de amor e carinho. A Professora B relembra que há muito tempo atrás havia somente a preocupação em cuidar das crianças nas creches para que não se machucassem enquanto estavam brincando e que as brincadeiras eram livres e pouco diversificadas. Nos dias atuais, “[...] há uma visão diferente por parte dos próprios professores que passaram a entender que brincar é essencial ao desenvolvimento infantil”. Dessa forma,

[...] Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança desde muito cedo poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado

papel na brincadeira, faz com que ela desenvolva a sua imaginação. Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. (BRASIL, 1998, p. 27)

A Secretária de Educação afirmou que as “[...] professoras da educação infantil priorizam o educar sem esquecer o cuidado que se deve ter com as crianças, construindo o conhecimento com as mesmas por meio de atividades lúdicas”.

Ao priorizar a brincadeira na escola de educação infantil, as entrevistadas demonstram grande comprometimento com a qualidade da educação oferecida aos seus alunos, pois é por meio da brincadeira que a criança aprende imitar, socializar-se, desenvolver o seu imaginário, linguagem corporal e oral, assim como diversas noções espaço-temporais e lógico-matemáticas, sejam elas nas áreas da arte, ciências, matemática, história, geografia, linguagens, entre outras. Interagindo com outras crianças e com o adulto mediador do conhecimento, aprende a respeitá-los e a respeitar as regras existentes na sociedade.

Quanto à organização do trabalho pedagógico, a Secretária de Educação salientou que se trabalha na educação infantil do seu município com o cuidado de tornar o ambiente agradável para a criança durante o tempo que vai ficar longe dos pais.

A Professora A colocou que procura “[...] organizar o trabalho com atividades bem variadas para que as crianças não se cansem e se sintam atraídas em vir para a escola”. A professora manifestou que possui vários anos de experiência nessa etapa da educação básica e alegou que as crianças apresentam dificuldades em se prender durante muito tempo em uma atividade, por isso procura diversificar bastante a sua aula, sempre observando a necessidade de sua turma em determinados dias (agitação, monotonia, hora do sono...).

Ao se posicionar acerca da organização do trabalho pedagógico, a Diretora colocou que este “[...] é concretizado a partir da construção de projetos em conjunto com a equipe de professores. Assim que os projetos são decididos, cada professora planeja suas aulas de acordo com a turma e respectiva faixa etária”, sempre observando as necessidades do aluno, ou seja, se em determinada turma há dificuldades com a psicomotricidade, as atividades serão realizadas de acordo com essas dificuldades.

Ao planejar conjuntamente e compartilhar suas dificuldades e intencionalidades, em parceria, as professoras conseguem definir o que deve ser trabalhado para que essas dificuldades sejam sanadas assim como as metas sejam alcançadas. Também, é com esse planejamento que a escola em geral trabalha com o mesmo objetivo, conforme as necessidades de cada faixa etária dos alunos.

Ao se optar por trabalhar por meio de projetos, o RCNEI afirma:

Por partirem sempre de questões que necessitam ser respondidas, possibilitam um contato com as práticas sociais reais. Dependem, em grande parte, dos interesses das crianças. Precisam ser significativos, representar uma questão comum para todas e partir de uma indagação da realidade. É importante que os desafios apresentados sejam possíveis de serem enfrentados pelo grupo de crianças. Um dos ganhos de se trabalhar com projetos é possibilitar às crianças que a partir de um assunto relacionado com um dos eixos de trabalho, possam estabelecer múltiplas relações, ampliando suas ideias sobre um assunto específico, buscando complementações com conhecimentos pertinentes aos diferentes eixos. (BRASIL, 1998, p. 58)

Dessa forma, ao planejar suas atividades em conjunto, os educadores conseguem propiciar atividades educativas prazerosas às crianças, para que estas possam desenvolver suas potencialidades, melhorando progressivamente a qualidade da educação infantil oferecida no município.

Para a Diretora da escola, mesmo que muito já se tenha melhorado consideravelmente, em nível nacional, a etapa da educação infantil, muito ainda se tem a conquistar, principalmente quanto a importância que deve ser dada a ela como fundamental para o desenvolvimento do indivíduo.

Para a Professora A, a busca pela qualidade da educação infantil “[...] está na consciência que se deve ter como educador do seu papel como mediador entre o ensino e o aluno”. A Professora B acredita que “[...] parar e sentar com os colegas para dialogar sobre o andamento de sua prática contribui com o objetivo de um ensino de qualidade”, contradizendo o que diz a Secretária, que tem como referência de padrão de qualidade a infraestrutura física, pedagógica e humana e o envolvimento da família com a escola.

Dessa forma, juntando as ideias das pesquisadas em relação à preocupação com a qualidade oferecida na educação infantil, percebe-se que apesar de cada um ter um posicionamento diferente, todos convergem para questões importantes quanto aos

aspectos que precisam ser priorizados para a educação de qualidade na primeira infância, ou seja, uma resposta complementa a outra.

Ao se referir a qualidade da educação o RCNEI (1998) coloca que ao considerar as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, as qualidades das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania, a escola deve estar embasada nos seguintes princípios:

[...] o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.; o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil; o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética; a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma; o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (BRASIL, 1998, p. 13).

Não se pode deixar de considerar que o espaço físico e o número máximo de alunos por professor são fundamentais para o sucesso da qualidade da educação. É impossível atender crianças dessa faixa etária que precisam se movimentar e brincar em um espaço pequeno e apertado. Também, como exigem muita atenção para suas necessidades básicas (comer, ir ao banheiro), um único professor para uma turma com um número alto de alunos não consegue dar conta de atendê-los de uma forma adequada.

Ao se manifestar acerca dos recursos, organização dos espaços da escola de educação infantil e sobre o quadro de professores, a Secretária de Educação afirmou que “[...] os espaços e os recursos, como material didático-pedagógico, estão de acordo com o padrão de qualidade, mas que ainda precisa ser feito melhorias”. Para o número de alunos que estão frequentando a escola, os professores que fazem parte do quadro são suficientes, mas que se faz necessário o auxílio de outros profissionais, como por exemplo, psicólogos para ajudar nos problemas enfrentados pelos professores.

Quanto a esse questionamento, as duas professoras concordam em suas respostas, pois consideram os espaços ideais para cada atividade, como biblioteca, sala de vídeo, tamanho das salas, etc. O número de professores, também, é considerado ideal, pois como há atendentes na escola e uma delas com formação superior em Pedagogia,

mesmo quando um professor precisa se ausentar, os alunos não são prejudicados com a suspensão da aula.

A Diretora complementa salientando que “[...] os espaços da escola estão organizados conforme as idades das crianças e que há estrutura física para, no futuro, atender uma turma de berçário”. Pode-se usufruir de lactário, banheiros adaptados para o tamanho dos alunos e o quadro de funcionários são suficientes para a demanda de alunos.

Tão importante quanto pensar nos agrupamentos por faixa etária é refletir sobre o número de crianças por grupos e a proporção de adulto por crianças. Segundo os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), quanto menor as crianças, mais desaconselhados são os grupos muito grandes, pois há uma demanda de atendimento individualizado. A partir do momento no qual as crianças deixam as fraldas até os três anos, podem-se organizar grupos de 12 a 15 crianças por adulto. Quando as crianças adquirem maior autonomia em relação aos cuidados e interação de forma mais independente com seus pares, entre três e seis anos, é possível pensar em grupos maiores, mas que não ultrapassem 25 crianças por professor.

O mesmo referencial salienta, também, que ainda que se respeite o número apropriado de crianças por professor, se não houver um trabalho didático e pedagógico organizado e bem planejado, a qualidade da educação fica comprometida.

Quanto à organização dos materiais e das salas de aula o RCNEI salienta:

Os brinquedos e demais materiais precisam estar dispostos de forma acessível às crianças, permitindo seu uso autônomo, sua visibilidade, bem como uma organização que possibilite identificar os critérios de ordenação. É preciso que, em todas as salas, exista mobiliário adequado ao tamanho das crianças para que estas disponham permanentemente de materiais para seu uso espontâneo ou em atividades dirigidas. Este uso frequente ocasiona, inevitavelmente, desgaste em brinquedos, livros, canetas, pincéis, tesouras, jogos etc. Esta situação comum não deve ser pretexto para que os adultos guardem e tranquem os materiais em armários, dificultando seu uso pelas crianças. Usar, usufruir, cuidar e manter os materiais são aprendizagens importantes nessa faixa etária. A manutenção e reposição destes materiais devem fazer parte da rotina das instituições e não acontecer de forma esporádica. (BRASIL, 1998, p. 71)

Dessa forma, percebe-se que ao dispor de material para que possa ser manuseado pelos alunos, contribui-se para que eles construam senso de cuidados, organização e comprometimento. O adulto auxilia para esse desenvolvimento nas crianças, sendo a

reposição dos mesmos é fundamental, pois é impossível se propor e defender a qualidade da educação com brinquedos e mobiliário sucateados.

Ao se discutir gestão democrática, põe-se por terra a ideia de que uma minoria planeja e manda fazer e uma maioria obedece e executa. Tem-se a concepção de que a democratização da educação é essencial à qualidade da educação oferecida nas escolas de educação infantil.

Para Bordenave

A democracia participativa é aquela em que os cidadãos, ao sentirem-se fazendo parte de uma nação ou grupo social, têm parte real na sua condução e por isso tomam parte na infindável construção de uma nova sociedade da qual fazem parte. (BORDENAVE, 1994, p. 08)

Dentro desse contexto as Professoras A e B não quiseram opinar sobre a garantia de uma gestão democrática na escola em que trabalham, mas garantem que ela é muito importante.

Acredita-se que se abster de responder sobre o questionamento acerca da garantia da gestão democrática na escola de educação infantil pesquisada, as professoras demonstram não ter uma definição do real conceito de gestão democrática.

A Diretora afirma que, muitas vezes, “[...] não existe a parceria e liberdade para os preceitos da gestão democrática ser colocada em prática na escola. Algum assunto que se gostaria de trabalhar na escola não se pode fazê-lo sem uma prévia autorização”.

A Secretária de Educação frisa que busca o tratamento igual a todos os envolvidos com o contexto escolar, bem como todos tem a liberdade de expressar as suas opiniões, tentando aplicar o conceito de gestão democrática efetivamente, onde a transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência.

Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto democrática. Por isso, a gestão democrática se concretiza na ação diária e constante dos processos de planejamento, consecução de práticas político-pedagógicas-financeiras e, também, nos processos avaliativos de maneira participativa, colegiada, autônoma e responsável, sabendo-se que

a mesma contribui para a qualidade da educação infantil, justamente porque ao compartilhar anseios e observações quanto ao ensino que se está oferecendo ao público infantil, consegue-se melhorar a qualidade referente a esse ensino.

Alguns autores, como Cury (2007) e Lück (2006) argumentam que padrão de qualidade não significa quantidade de conteúdos, mas, sim, a tomada de decisões quanto o que se considera necessário que o aluno aprenda dentro do contexto em que está inserido. Portanto, ao haver a gestão democrática propriamente dita, os envolvidos participam dessa tomada de decisões.

A Secretária de Educação compartilha a ideia de que a gestão democrática ainda é um conceito a ser trabalhando em todos os segmentos envolvidos com a educação. Fazer com que os pais compareçam a escola e se interessem com a educação que é oferecida aos seus filhos é um processo lento, mesmo que a mentalidade dos pais já tenha apresentado melhorias. Salientou, ainda, que a educação de qualidade depende da gestão democrática, pois a tomada de decisões sem a opinião da comunidade escolar se torna difícil, pois nem sempre essas decisões agradam a maioria.

A Diretora colocou que a gestão democrática se constitui “[...] a partir da parceria entre a Secretaria de Educação, direção, professores, serventes, pais e alunos. Assim, o trabalho realizado dentro da escola de educação infantil é de qualidade”, pois cada sujeito é responsável por ela. Assim, ao ter essa consciência, faz o possível para que a gestão democrática aconteça no ambiente escolar.

As Professoras A e B fazem as suas contribuições quando concordam que “[...] a educação de qualidade está relacionada à gestão democrática”. Sem essa democracia é impossível saber a opinião dos envolvidos, sua visão e, principalmente, tomar as decisões coletivas que são necessárias para concretizar os processos educativos.

Dessa forma, é a comunidade escolar que faz parte do dia-a-dia da escola de educação infantil, no sentido de opinar, tomar decisões, ter suas reivindicações atendidas. É a comunidade, em seus diversos segmentos representativos, que conhece e, ao mesmo tempo, percebe e compreende as dificuldades, os problemas, os desafios e prioridades que precisam ser trabalhados no cotidiano da escola.

A gestão democrática na escola de educação infantil do município de Nicolau Vergueiro é efetuada pela equipe gestora e professores por meio do diálogo quanto a que atitudes devem ser tomadas em certas situações, o que se precisa trabalhar com os

alunos e que o que precisa ser decidido para o bom andamento escola, assim comenta a Gestora da escola, com a concordância das Professoras A e B.

Quando o PPP é construído por uma única pessoa, no caso pela diretora da escola, ele deixa de cumprir o seu propósito de ser um plano norteador e auxiliar os professores, pais, alunos e funcionários quanto o caminho a seguir na esfera político-pedagógica; não há comprometimento com o mesmo, pois muitas vezes, com exceção dos professores, os demais nem sabem da existência e o que é o PPP.

Para que haja a qualidade da educação nas escolas de educação infantil, se faz necessário que a democracia seja efetiva e concreta. Sem ela, os envolvidos se sentem como tarefeiros e, até mesmo, desmotivados quanto ao ensino que estão oferecendo aos seus alunos, mas de igual forma, tentam cumprir seu papel como mediadores do conhecimento.

Na referida escola, não há a eleição de diretores, conselho de pais ou autonomia quanto ao destino dos recursos que são destinados a ela. As reuniões com pais devem ser solicitadas com antecedência para que haja organização da agenda da Secretária de Educação para que possa estar presente. A autonomia curricular existe na referida escola, cabendo aos professores formular os projetos que serão trabalhados.

Sem autonomia escolar para a consecução da gestão que se quer democrática, se torna pouco provável efetivar a verdadeira qualidade da educação, já que os processos colaborativos e de co-responsabilidade são construídos compartilhadamente e com motivação grupal.

A Educação Infantil está entre as prioridades do Governo Federal, pois se sabe da importância desse período para o desenvolvimento da criança em todas as suas dimensões: cognitiva, afetiva, corporal e social, tendo em vista sua autonomia. Nessa fase, desenvolvem-se as capacidades da relação com o outro, a identidade, as atitudes de tolerância, o respeito às diversidades e onde a criança tem acesso ao conhecimento, por meio de atividades lúdicas e concretas.

A garantia do sucesso pedagógico na educação infantil depende em grande parte de um trabalho efetivo de acompanhamento das Secretarias Municipais de Educação, em que se percebeu a presença constante da Secretária de Educação na escola de Educação Infantil do município de Nicolau Vergueiro para, assim, observar as necessidades desse estabelecimento.

A gestão democrática tem como princípio a tomada de decisões através de um consenso entre todos os envolvidos no processo educativo. Assim, o conceito de gestão democrática ainda não está bem definido no referido município. Ao mesmo tempo, a busca pela qualidade na educação oferecida aos alunos é constante, pois um amplo prédio com uma ótima infraestrutura foi construído para melhor atender a demanda de alunos do município.

A preocupação quanto à formação dos professores e sua atualização se faz necessária para o aperfeiçoamento e qualificação dos mesmos, sendo que a Secretária de Educação reconhece que não ofereceu os cursos necessários ao seu quadro de professores no ano de 2013. O mesmo acontece com a infraestrutura da escola, que precisa de reparos e melhorias para melhor atender ao seu público. Assim, um fator importante é o reconhecimento quanto a esses problemas, o que provavelmente será melhorado no próximo ano letivo.

Ao trabalhar com projetos na educação infantil, percebe-se que há um padrão de ensino na escola de Nicolau Vergueiro, pois todas as turmas aprendem conteúdos iguais ao mesmo tempo, mas de maneiras e atividades diferentes apropriadas a suas idades. Também, essa forma de trabalhar orienta os professores, pois sabem que caminho seguir conforme o planejamento feito em conjunto.

É por intermédio do outro que a criança aprenderá a interpretar o mundo físico, social, e cultural no qual se inscreve. Sendo assim, o quadro de professores da instituição de educação infantil de Nicolau Vergueiro é instruído a interagir com o aluno a todo instante, seja nas brincadeiras de roda, jogos pedagógicos e ao contar histórias.

Outro fator relevante é que os professores são incentivados a não faltar ao trabalho, somente com extrema necessidade, pois se sabe que há transtornos quando as faltas precisam acontecer. Os professores são conscientes do seu papel como educadores, sendo sua ausência avisada com antecedência ou elas quase não acontecem. Quando uma professora precisa se ausentar, é feito um requerimento de pedido de dispensa. Também, uma das atendentes, que é formada em Pedagogia, fica responsável em atender a turma cuja professora precisou se ausentar.

O intervalo no meio da tarde oferecido aos alunos é feito com duas turmas juntas: o Maternal de dois a três anos junto com a turma do Jardim de três a quatro anos e depois as turmas do Pré I, de quatro a cinco anos junto com o Pré II, de cinco a seis

anos. Esse intervalo é dirigido, onde todos os dias há uma variação de brincadeiras, incentivando a psicomotricidade, lateralidade e a coordenação motora.

Sendo assim, acredita-se que o município de Nicolau Vergueiro está em busca de qualificar a educação infantil, bastando [re]significar a concepção de gestão e democratização da escola, com encaminhamentos mais condizentes e participativos relacionados aos princípios e mecanismos de gestão democrática e, portanto, ensino de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se propõe e defende a educação democrática, tem-se a ideia da tomada de decisões em que a comunidade escolar tem o direito de discutir e, principalmente, decidir quais os passos a serem tomados na busca de uma constante melhoria na qualidade da educação oferecida nos estabelecimentos de ensino. Nas escolas de educação infantil não é diferente, mesmo que por muito tempo as creches tenham se constituído em um lugar em que os pais deixavam seus filhos para poderem trabalhar, sendo, então, de caráter assistencialista.

Com o passar do tempo, com o avanço dos estudos em relação às crianças de zero a seis anos, percebeu-se que a escola de educação infantil deveria ser um lugar em que as crianças desenvolveriam suas potencialidades por meio de atividades lúdicas, sem esquecer o cuidado com a higiene e alimentação.

Ao fazer uma análise de como é oferecida a educação no município de Nicolau Vergueiro – RS se pode ter a constatação que a gestão democrática ainda precisa ser implantada concretamente no município, considerando a qualidade de ensino oferecido a faixa etária de zero a seis anos.

Democratização da gestão escolar significa propiciar meios qualificados para que as crianças frequentem e, principalmente, permaneçam e se desenvolvam na escola. O oferecimento de transporte escolar, material escolar, merenda de qualidade, professores qualificados e atualizados, recursos materiais apropriados e espaços físicos adequados ao número e idade dos alunos em cada turma.

A relação existente entre democratização da escola e educação infantil acontece quando se aplica a ela o mesmo valor quanto às demais etapas, em que o estado se compromete, em parceria com os municípios, de garantir meios para que o aluno permaneça na escola e, principalmente, quando se acaba com a visão de “depósitos de crianças”, considerando-se o tripé cuidar, brincar e educar.

Para haver a qualidade necessária na educação infantil, é imprescindível que ela esteja interligada com o trabalho pedagógico que é desenvolvido com as crianças. Como em qualquer etapa da educação, o trabalho pedagógico precisa ser bem organizado, planejado coletivamente, sem improvisos e personalizado a cada turma.

Pode se considerar qualidade de gestão escolar quando há uma gestão que dialogue sobre os problemas que estão ocorrendo dentro da escola, bem como o que pode ser feito para que estes problemas sejam sanados. Ao se praticar a gestão

democrática, pode se contar com o comprometimento de todos os envolvidos na comunidade escolar para que haja a constante melhoria e envolvimento de todos, especialmente, pela tomada de decisões conjuntas, descentralização do poder, constituição de órgãos colegiados na escola.

Uma escola de educação infantil de qualidade não pode ser aquela que os pais deixam seus filhos somente porque precisam trabalhar, mas, sim, matriculam seus filhos para que estes aprimorem seus conhecimentos e desenvolvam suas potencialidades. Para isso, ela deve contar com uma infraestrutura apropriada, com amplos espaços para o movimento, ter acessibilidade para os alunos com necessidades especiais, apresentar segurança, além de contar com materiais e recursos que podem ser manuseados pelas crianças.

Ao pesquisar a escola de educação infantil do município de Nicolau Vergueiro, percebeu-se que a democratização da educação infantil acontece de forma fragmentada, em que são oferecidos meios para o acesso e permanência na escola, mas ao mesmo tempo a gestão democrática não se constitui em atendimentos os seus princípios.

Quando o Projeto Político Pedagógico não é construído em parceria com a comunidade escolar, ele deixa de cumprir plenamente o seu propósito. Assim, ao não participarem da construção do mesmo na escola de educação infantil pesquisada, os professores demonstram não ter o devido conhecimento do que significa e trata o mesmo dentro do contexto em que foi formulado e está inserido. É imprescindível que haja a participação de toda a comunidade escolar na sua elaboração.

Quanto à organização dos recursos e dos espaços, estes estão apropriados para atender a clientela infantil, pois as salas de aula são amplas para as atividades de movimento a serem realizadas, além dos recursos serem variados e de fácil acesso tanto para os professores quanto para os alunos, sendo eles, jogos, livros, brinquedos e materiais diversos.

No município de Nicolau Vergueiro tem-se a visão, por parte do poder público municipal, de que a formação continuada dos profissionais é fundamental para o sucesso da qualidade da educação oferecida às crianças de zero a seis anos, entretanto precisa de maior investimento. Quanto à valorização dos profissionais por meio de rendimentos, este é considerado muito bom, pois o piso salarial há muito tempo é pago aos professores.

Ao se comprometer com a organização do trabalho pedagógico, a escola de educação infantil pesquisada está formando educadores comprometidos com ações pedagógicas dinâmicas, planejadas de formas flexíveis, voltadas aos interesses e curiosidades das crianças, onde ao mesmo tempo podem refletir sobre sua práxis, articulando teoria e prática, que fazem o possível para que haja uma melhoria na qualidade de ensino oferecida aos seus educandos, mas que ao mesmo tempo se desmotivam por não haver a plena gestão democrática devido a pouca autonomia.

A qualidade de ensino está interligada com democracia, autonomia, coletividade, ética, participação de todos os envolvidos e transparência. Ao privar a escola da tomada de decisões e de exercer a sua autonomia, há desmotivação, mesmo que sem perceber, por parte dos educadores, pois conhecem as necessidades e dificuldades que enfrentam e ao mesmo tempo não podem decidir o que fazer para saná-las. Quando não participam da tomada de decisões, pais, alunos e funcionários não se sentem comprometidos com a escola em questão, pois o ser humano precisa se sentir importante e responsável pelo meio em que está inserido, principalmente quando se trata da educação e pela busca da qualidade da mesma.

Sendo assim, constitui-se um desafio diário a consolidação de processos democráticos nas escolas públicas, em especial o entendimento por parte de todos os envolvidos do que vem a ser democratização plena da educação municipal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**, de 5 de outubro de 1988. DF, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/compilado.htm>. Acesso em 30 ago. 2013.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília/DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Brasília: MEC, 1998.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Lei nº 10.172. **Plano Nacional de Educação**. DF, Brasília, 2001

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Indicadores de Qualidade da Educação. Brasília DF/ MEC, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais De Qualidade Para A Educação Infantil**. DF, Brasília, 2006.

_____. Resolução CNE/CEB nº 05/2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. 2009. Disponível em: <[http:// portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)>. Acesso em 30 ago 2013.

_____. Ministério da Educação. **Documento Referência da Conferência Nacional da Educação Básica**. Brasília. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf>. Acesso em setembro de 2013.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 4**, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica>. Acesso em outubro de 2013.

_____. **Emenda Constitucional nº 53**, de 19 de dezembro de 2006, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.dji.com.br/constituicao_federal/ec053.htm>. Acesso em setembro de 2013.

BARROSO, J. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: FERREIRA, N. (org). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

BASSEDAS, E. **Aprender e Ensinar na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

- BORDENAVE, J. **O que é participação**. 8 ed. São Paulo: Braziliense, 1994.
- CRAYDI, C. M.; KAERCHER, G. P. da S. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Estado do Rio Grande do Sul, 2001.
- CURY, C. R. J. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. São Paulo: Ática, 2007.
- DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: política e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.
- DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de; SANTOS, C. de A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2007. Disponível em: <<http://www.redecaes.com.br>>. Acesso em 30 ago 2013.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- FERREIRA, N. S. C. **Gestão Democrática da Educação para uma Formação Humana: conceitos e possibilidades**. São Paulo: Vozes, 1998.
- KUHLMANN, M. J. **Menos assistencialismo, mais pedagogia**. São Paulo. Ática: 2007.
- LIBANEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. **Revista da Ande**. N° 06, 1982.
- _____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo, SP: Cortez, 2008.
- LIBANEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- LUCK, H. **A dimensão participativa da gestão escolar**. São Paulo: Vozes, 2000.
- _____. **A gestão participativa na Escola**. Cadernos de Gestão. V. 3c. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.
- MELLO, S. A. Enfoque histórico cultural: em busca de suas implicações pedagógicas para a educação de 0 a 10 anos. In: **Anais da I Conferência Internacional: O Enfoque Histórico Cultural em Questão**. 2006.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. São Paulo: Vozes, 2010.

MORAES, R. Análise de conteúdo. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v.9, n° 2, p.191-211, 2003.

NÉRICI, I. G. **Lar, escola e educação**. São Paulo: Atlas, 1972.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ROCHA, E. A. C. **A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia**. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC: Centro de Ciências da Educação: Núcleo de Publicações, 1999.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo, Cortez, 1984.

SANTOS, B. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, I. P. L. **A Gestão Democrática da Escola: as Relações Político-Pedagógica do Coletivo Docente e seu Gestor**. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade da Bahia, 2011.

VAZ, J. C. **Elementos centrais do processo decisório na logística das políticas públicas**. 2008. Disponível em: <<http://www.josecarlosvaz.pbwiki.com/Textos>>. Acesso em 30 out 2013.

VEIGA, I. P. A. **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

VERGARA. O. R. A qualidade como base para o bem-estar das crianças. **Revista Pátio**. Porto Alegre, ano IX, n° 26, p. 05-07, jan/mar, 2011.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Vol. 4. Madrid: Visor, 1996.

APÊNDICE 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

PESQUISADOR: FABIANA APARECIDA PENZ IRASSOCHIO
ORIENTAÇÃO: MARILENE GABRIEL DALLA CORTE

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA A DIRETORA DA ESCOLA,
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento, declaro que fui informado (a) de forma clara das justificativas, dos objetivos e dos procedimentos referentes à pesquisa “A Gestão Escolar Democrática e a Qualidade do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil”.

Justificativa: Este trabalho tem a intenção de estudar a qualidade do trabalho pedagógico Educação Infantil, no sentido de verificar como a gestão escolar pode contribuir para se obter essa qualidade.

Assim, esta pesquisa buscará contribuir para a importância da democratização, transparência, participação, coletividade e compartilhamento de ações educacionais na gestão escolar, para que a Educação Infantil assuma seu real significado e em proporções político-pedagógicas de qualidade na oferta de seus serviços à comunidade.

Por isso destaca-se o seguinte problema de pesquisa: como se constitui o trabalho pedagógico de qualidade na Educação Infantil em suas inter-relações com a gestão democrática?

Objetivos da pesquisa

Objetivo geral:

Investigar como a Gestão Democrática repercute na qualidade do trabalho pedagógico na Educação Infantil.

Objetivos específicos:

Analisar os principais aportes teóricos-legais para a Educação Infantil de qualidade, destacando a importância desta primeira etapa da Educação Básica; reconhecer como se constitui o trabalho pedagógico de qualidade na Educação Infantil; verificar em uma escola municipal de Nicolau Vergueiro – RS as inter-relações entre Gestão Democrática, qualidade do trabalho pedagógico e Educação Infantil.

Os procedimentos para a execução da pesquisa: para desenvolver esta pesquisa será realizada uma pesquisa de campo, do tipo estudo de caso, com abordagem qualitativa. Esta pesquisa será realizada na Escola de Educação Infantil Gelso Ribeiro do município de Nicolau Vergueiro, diretora responsável Prof^ª Cinara Boni, por meio de () análise documental (X) aplicação de questionários () realização de entrevistas () realização de observações.

Fui informado (a) ainda:

Dos riscos e benefícios do presente estudo, assim como da garantia de receber respostas a qualquer pergunta e esclarecimentos a qualquer dúvida acerca da metodologia, riscos, benefícios e outros aspectos relacionados à pesquisa em desenvolvimento.

Da liberdade ou não de participar da pesquisa, tendo assegurado esta liberdade sem qualquer represália atual ou futura, podendo retirar seu consentimento em qualquer etapa do estudo sem nenhum tipo de penalização ou prejuízo.

Da segurança de que não serei identificado (a), e de que se manterá o caráter confidencial das informações relacionadas a minha privacidade, a proteção da minha imagem e a não estigmatização.

Da garantia de que as informações não serão utilizadas em meu prejuízo;

Da liberdade de acesso aos dados do estudo em qualquer etapa da pesquisa;

Da segurança de acesso aos resultados da pesquisa;

De que não terei nenhum tipo de despesas econômicas, bem como, não receberei nenhum valor financeiro para minha participação na pesquisa.

Nestes termos e considerando-me livre e esclarecido (a), consinto em participar da pesquisa proposta, assim como autorizo a realização desta pesquisa no ambiente escola o qual sou gestor (a), resguardando à autora do projeto, propriedade intelectual das informações geradas e expressando concordância com a divulgação pública dos resultados, sem qualquer identificação dos sujeitos participantes.

Os responsáveis por este estudo são Fabiana A . Penz Irassocho acadêmico (a) do Curso de Especialização em Gestão Educacional – EAD / UFSM (Fone) e a Profª. Dra. Marilene Gabriel Dalla Corte – ADE/UFSM orientadora do trabalho. Será assinado em duas vias de teor igual, ficando uma em poder do participante da pesquisa e outra em poder dos pesquisadores.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

Data: ___/___/2013.

Nome do pesquisado: _____

Assinatura do (a) Pesquisado: _____

Nome da Testemunha: _____

Assinatura de testemunha: _____

Acadêmico responsável: Fabiana A . Penz Irassocho

Assinatura do (a) Acadêmico(a) responsável: _____

APÊNDICE 2

QUESTIONÁRIO PARA A DIRETORA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- 1- Os pais reconhecem a Educação Infantil como ambiente de aprendizagem ou como “depósito de crianças”?
- 2- Em sua opinião, o que está relacionado a qualidade da educação infantil?
- 3- Como é elaborado o PPP da Educação Infantil?
- 4- Como são asseguradas as condições ideais de aprendizagem da Educação infantil?
- 5- Como são organizados os espaços da escola e o quadro de professores?
- 6- Como é oferecida a formação continuada dos professores?
- 7- Como é feita a ligação família X escola?
- 8- O que é gestão democrática para vocês e que ligação ela tem com o bom andamento do trabalho desenvolvido na escola?
- 9- Como é garantida a gestão democrática na Educação Infantil?
- 10- Como é organizado o trabalho pedagógico na escola de Educação Infantil?

APÊNDICE 3

QUESTIONÁRIO PARA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

- 1- Qual o objetivo da Educação Infantil em seu município?
- 2- Qual importância dada a Educação Infantil?
- 3- Quais são os investimentos aplicados na Educação Infantil?
- 4- Esses investimentos são feitos apenas para cumprimento da lei? Por quê?
- 5- No seu município, as instituições de Educação Infantil ainda representam para a comunidade como assistencialistas, onde as mães deixam seus filhos para poderem trabalhar?
- 6- Os pais reconhecem a Educação Infantil como ambiente de aprendizagem ou como “depósito de crianças”?
- 7- Como é elaborado o PPP da Educação Infantil?
- 8- Como são asseguradas as condições ideais de aprendizagem da Educação infantil?
- 9- Como são organizados os espaços da escola e o quadro de professores?
- 10- Como é oferecida a formação continuada dos professores?
- 11- O que o município oferece para a garantia e permanência na escola de Educação Infantil?
- 12- Como é garantida a qualidade na Educação Infantil?
- 13- Como é feita a ligação família X escola?
- 14- O que é gestão democrática para vocês e que ligação ela tem com o bom andamento do trabalho desenvolvido na escola?
- 15- Como é garantida a gestão democrática na Educação Infantil?
- 16- Como é garantida a gestão democrática na Educação Infantil?

APÊNDICE 4

QUESTIONÁRIO PARA AS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- 1- Na sua percepção, como os pais reconhecem/ compreendem a educação infantil; como acontece a relação escola e família?
- 2- Esta relação contribui para a qualidade do trabalho escolar? Por quê;
- 3- Como foi elaborado o PPP da educação infantil? Você esteve envolvida na construção/ execução do PPP? Por quê?
- 4- Como é trabalhado o tripé cuidar, brincar e educar na Educação Infantil?
- 5- Como é organizado o trabalho pedagógico na escola de Educação Infantil?
- 6- A qualidade na Educação Infantil é preocupação da equipe gestora e dos professores?
- 7- Como são organizados os espaços da escola de Educação Infantil, os recursos materiais e tecnológicos, assim como o quadro de professores?
- 8- Como é oferecida a formação continuada dos professores? A formação dos professores contribui para a qualidade da Educação Infantil?
- 9- No trabalho escolar a equipe gestora e os professores primam pela gestão democrática?
- 10- A gestão democrática contribui para a qualidade da Educação Infantil e como é garantida a gestão democrática na Educação Infantil?